



SESSÃO ORDINÁRIA DE 18 DE DEZEMBRO DE 2020

ATA

Aos dezoito dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte, nesta Vila de Nelas e Edifício Multiusos, reuniu pelas vinte e uma horas, a Assembleia Municipal de Nelas, em sessão ordinária, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

1 - PERÍODO DE “ANTES DA ORDEM DO DIA”

1.1 – Discussão e aprovação da ata da sessão ordinária realizada em 18 de setembro de 2020 e da ata da sessão extraordinária realizada em 09 de outubro de 2020;

1.2 - Leitura do Expediente;

1.3 – Assuntos diversos dos da “Ordem do Dia”, de interesse para o Município. (Informações, Pedidos de esclarecimento, Recomendações, etc.)

2 - PERÍODO DE “ORDEM DO DIA”

2.1 - Informação do Senhor Presidente da Câmara sobre a atividade municipal, nos termos da alínea c), do n.º 2, do art.º 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12/09;

2.2 – Propostas de Orçamento Municipal e das Grandes Opções do Plano para o ano de 2021 – Aprovação;

2.3 – Mapa do Pessoal para o ano de 2021 – Aprovação;

2.4 - IMI - Imposto Municipal sobre Imóveis - Fixação de taxas – Aprovação;

2.5 - IMI - Imposto Municipal sobre Imóveis - Fixação de taxas para prédios em ruínas e devolutos – Aprovação;

2.6 - Lançamento de derrama para o ano de 2021 – Aprovação;

2.7 - Taxa Municipal de Direitos de Passagem – Lei n.º 5/2004, de 10 de fevereiro – Lei das Comunicações Eletrónicas – Aprovação;

2.8 - Participação variável dos Municípios no IRS do ano de 2021 – Aprovação;

2.9 - Quadro de transferência de competências para as Entidades Intermunicipais - Decreto-Lei n.º 55/2020, de 12 de agosto – concretiza a transferência de competências para os Órgãos das Entidades Intermunicipais, no domínio da ação social - deliberação ao abrigo do disposto nos artigos 30.º, n.º 2 da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto e 20.º do Decreto-Lei n.º 55/2020, de 12 de agosto – Discussão e deliberação;

2.10 - Quadro de transferência de competências para as Autarquias Locais – Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro – concretiza o quadro de transferência de competências para os órgãos municipais e para as entidades intermunicipais no domínio da educação - deliberação ao abrigo do disposto no artigo 76.º, n.º 3 do Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro, na redação que lhe foi conferida pelo Decreto-Lei n.º 56/2020, de 12 de agosto - Produção de efeitos. Exercício, ou não, das competências em 2021 e comunicação à DGAL – Discussão e Deliberação;

2.11 - Quadro de transferência de competências para as Autarquias Locais – Decreto-Lei n.º 23/2019, de 30 de janeiro – concretiza a transferência de competências para os órgãos municipais e para as entidades intermunicipais no domínio da saúde - deliberação ao abrigo do disposto no artigo 28.º, n.º 3 do Decreto-Lei n.º 23/2019, de 30 de janeiro, na redação que lhe foi conferida pelo Decreto-Lei n.º 56/2020, de 12 de agosto - Produção de efeitos. Exercício, ou não, das competências em 2021 e comunicação à DGAL – Discussão e Deliberação;

2.12 - Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências a celebrar entre o Município de Nelas e a Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões – Sistema de Informação Cadastral Simplificado do Município de Nelas – Aprovação;



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

2.13 – Discutir e deliberar a concordância, “acordo expresso” para efeitos da alínea b) do n.º 1 do art.º 54.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, com o critério de imputação da dívida orçamental da Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões a cada município associado, deliberado pela Assembleia Intermunicipal em 30 de novembro de 2020, conforme certidão anexa.

O Senhor Presidente da Assembleia, António Manuel Borges dos Santos:

- Senhor Presidente da Câmara,
Senhores Vereadores,
Senhores Deputados Municipais,
Caríssimo Público,
Muito boa noite.

Dada a existência de quórum, vou dar início a esta sessão ordinária da Assembleia Municipal de dezembro e passamos à chamada dos Senhores Deputados.

A Senhora Segunda-Secretária, Alexandra Maria Lopes Monteiro procedeu à chamada dos Senhores Deputados Municipais.

Durante a chamada dos Senhores Deputados, o Senhor Presidente da Assembleia informou a Assembleia Municipal que o Senhor Professor Luis Manuel Abrantes Pinheiro estava a ser substituído pelo Senhor Mário Alberto Gomes Pires.

A Senhora Segunda-Secretária, Alexandra Maria Lopes Monteiro:

- Faltam os Senhores Deputados André Manuel Simões Carvalho, Maria José Figueiredo Paiva Sousa Cabral e José Carlos Silva Moreira (veio mais tarde).

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito obrigado. Portanto, estamos presentes 25 elementos. Faltam 3 Senhores Deputados.

Vamos iniciar com a discussão e aprovação da ata da sessão ordinária realizada em 18 de setembro de 2020. Alguém tem alguma coisa a referir sobre esta ata?

Se não, vou pôr à votação e pergunto: Quem vota contra? Quem se abstêm? Três abstenções porque não estiveram presentes.

Passamos, então, à ata da sessão extraordinária de 09 de outubro de 2020. E, pergunto: Quem vota contra? Quem se abstêm? Aprovada por unanimidade.

A Leitura do Expediente, como habitualmente, vou escusar-me à leitura do mesmo, a não ser que alguém queria fazer alguma consideração, ou alguma pergunta. Não.

(Informação enviada a todos os Senhores Membros da Assembleia Municipal)

CORRESPONDÊNCIA RECEBIDA

- Ofício n.º 3124, datado de 01 de outubro de 2020, da Câmara Municipal de Nelas – Pedido de convocação de sessão extraordinária da Assembleia Municipal.

- Ofício n.º 3542, datado de 10 de dezembro de 2020, da Câmara Municipal de Nelas – Pedido de inclusão de assuntos para a sessão ordinária da Assembleia Municipal, marcada para o dia 18 de dezembro de 2020;



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

- E-mail, datado de 17 de dezembro de 2020, do Senhor Professor Luís Manuel Abrantes Pinheiro, informando que por motivos pessoais e inadiáveis não poderá estar presente na sessão ordinária da Assembleia Municipal de 18/12/2020 e por este facto solicita as suas desculpas. No meu lugar e em representação da Junta de Freguesia de Canas de Senhorim irá o Senhor Tesoureiro - Mário Alberto Gomes Pires;

- E-mail, datado de 17 de dezembro de 2020, do Senhor Membro da Assembleia Municipal Dr. André Carvalho, informando que se encontra de serviço à urgência no Centro Hospitalar Tondela Viseu e apesar de ter tentado até agora, não conseguiu arranjar quem o substitua e solicita a justificação da sua falta à sessão ordinária da Assembleia Municipal de 18/12/2020 e por este facto solicita a justificação da sua falta.

CORRESPONDÊNCIA EXPEDIDA

- Ofício n.º 09/2020, datado de 21 de setembro de 2020, enviado ao Ex.m.º Senhor Presidente da Câmara Municipal de Nelas, dando conhecimento das deliberações tomadas na Sessão Ordinária desta Assembleia Municipal, realizada em 18 de setembro de 2020;

- Ofício n.º 10/2020, datado de 01 de outubro de 2020, enviado aos Ex.m.ºs Senhores Membros da Assembleia Municipal, convocando-os para a sessão extraordinária de 09 de outubro de 2020;

- Ofício n.º 11/2020, datado de 06 de outubro de 2020, enviado aos Ex.m.ºs Senhores Membros da Assembleia Municipal, convocando-os para uma reunião da Assembleia Municipal, específica da eleição indireta para Presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro, a decorrer no próximo dia 13 de outubro, entre as 16 horas e as 20 horas, no Edifício Multiusos;

- Ofício n.º 12/2020, datado de 12 de outubro de 2020, enviado ao Ex.m.º Senhor Presidente da Câmara Municipal de Nelas, dando conhecimento da deliberação tomada na Sessão Extraordinária desta Assembleia Municipal, realizada em 09 de outubro de 2020;

- Ofício n.º 13/2020, datado de 09 de dezembro de 2020, enviados ao Ex.m.ºs Senhores Membros da Assembleia Municipal, convocando-os para a sessão ordinária de 18 de dezembro de 2020.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Então, ponto 1.3 - Assuntos diversos dos da “Ordem do Dia”, de interesse para o Município. Alguém quer usar da palavra neste ponto? Senhor Deputado Manuel Henriques. Senhor Deputado Maia Rodrigues. Senhor Deputado Rui Costa. Estão três inscritos. Dez minutos, no máximo, a cada um. Senhor Deputado Manuel Henriques, faça favor.

O Senhor Deputado Manuel Henriques:

- Boa noite, Senhor Presidente,
Senhor Presidente da Câmara,
Senhores Vereadores,
Senhores Deputados Municipais,
Estimado Público.

Queria fazer algumas considerações aqui no Período de Antes da Ordem do Dia. A primeira, deixar uma palavra de solidariedade às famílias do Concelho de Nelas que têm, por infortúnio, visto a COVID-19 entrar nos seus lares e causar sofrimento. Nalguns casos, levar a vida. Deixar esta palavra amiga de que tínhamos que estar todos atentos porque é um adversário



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

invisível e, muitas vezes, alheio aos esforços que façamos porque, não obstante, os cuidados e a informação, como todos saberão, estamos com um inimigo de difícil combate.

A propósito deste assunto e, obviamente, estamos todos preocupados com o que está a acontecer, sobretudo nos Lares do Concelho. Percebe-se, claramente, que é muito difícil, por mais preparação que exista, debelar a situação quando o vírus entra nas instalações. Depois, pode-se especular um pouco o que é que será a melhor solução. Pronto, aqui também ninguém vai inventar nada. Os Municípios reproduzem e bem, em geral, as soluções que acham mais adequadas.

Especula-se se nós, se os Municípios deviam ser mais ativos, contribuir para tirar as pessoas dessas instalações, colocá-las em unidades hoteleiras. Pronto, eu não sei, exatamente, se será uma boa solução, ou não. Não queria ser definitivo acerca disso. Mas, certamente, com a perspetiva de uma terceira vaga, esperávamos nós que não viesse, mas com essa perspetiva em fevereiro/março, o Senhor Presidente também poderá, como responsável máximo da Proteção Civil, dizer-nos o que é que está a ser preparado para efeito

De todo o modo, a todos os responsáveis e a todas as pessoas empenhadas no assunto, eu só posso é dar o meu Bem-Haja e, no fundo, estimular para que se sintam motivados a continuar essa missão.

Neste contexto e aqui um bocadinho, num tom menos positivo, eu queria deixar aqui uma palavra. As nossas Associações de Bombeiros estão no terreno, na linha da frente, no auxílio possível, no transporte de pessoas, juntamente no apoio aos Lares de Idosos. E num contexto destes, mais do que nunca, é desejável valorizar as Associações de Bombeiros, como aconteceu noutros Municípios, esperariam também aqui da parte dos Responsáveis Políticos esse reconhecimento.

O CDS/PP apresentou, pelos seus Vereadores, na Câmara Municipal, uma proposta que visava, não só dignificar a função, como, no fundo, criar uma série de benefícios que não só mostrasse o reconhecimento da Comunidade ao Bombeiro, como, no fundo, também, estimulasse os jovens a aderir às Corporações. Deixo aqui o meu lamento por essa proposta ter sido recusada liminarmente. Os argumentos indicados foram de ordem financeira, mas, podia ser uma proposta alterada, podia ser uma proposta revista e analisada coma base nesses pressupostos económicos que se diz que faltam. Mas uma rejeição liminar, ainda por cima, sendo acusada de eleitoralismo, merece aqui a nossa reprovação e achamos que os nossos Bombeiros e as suas Famílias mereciam essa consideração, ainda que a proposta não fosse acolhida, integralmente, como o CDS a pôs. Deixo nota desse desagrado que já me foi manifestado por várias pessoas, legitimamente.

Depois, quero dar aqui uma nota também menos positiva a um acontecimento ocorrido na Freguesia da Lapa do Lobo, no mês passado e que causou alguma comoção das pessoas. Houve um corte de árvores da responsabilidade das Infraestruturas de Portugal, aparentemente. Essa foi a justificação da Câmara Municipal. O que aconteceu teve um impacto paisagístico fortíssimo. Digamos que a principal Avenida da Lapa do Lobo está descaracterizada, pelo menos como a conhecíamos. São apontadas razões técnicas, algumas de duvidosa, de duvidosa validade porque, segundo testemunhos e relatos, algumas das árvores estariam em boas condições.

A mim, parece-me duas coisas: Primeiro, que a Câmara Municipal e a Junta de Freguesia não deveriam aceitar este argumento das Infraestruturas de Portugal se não fosse, devidamente, justificado, justificado em termos técnicos. Em segundo lugar e permitam-me aqui e o Senhor Presidente da Junta de Freguesia da Lapa do Lobo não me vai levar a mal, mas, quer dizer, acho que falhou rotundamente, não é? Senão servimos para isto, enquanto Autarcas, estarmos ao lado da população e fazermos as coisas às escondidas, não servimos para nada. Vale mais fecharmos a porta. Entregamos aqui a chave nos Paços do Concelho e passa a ser gerido daqui.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

Eu, se fosse Freguês na Lapa do Lobo ficava muito chateado e, de facto, fica uma medalha muito feia da pior intervenção paisagística que eu me recordo, no Concelho de Nelas, em tão pouco tempo. Os Cidadãos da Lapa do Lobo avaliarão, mas garanto-lhe que da minha parte teria nota negativa e preferia entregar a chave aqui na Câmara Municipal. Se é para isto que temos Presidentes de Junta de Freguesia que não defendem a sua localidade, entregue-se a chave. É uma solução, porque, se não há capacidade, se não há espírito reivindicativo, se não servimos para nos impor em prol das populações.

E já assisti aqui nesta Assembleia Municipal a um exemplo contrário, pessoas que vieram aqui defender as suas Freguesias com argumentos muito legítimos e mesmo quando da mesma cor política do Presidente da Câmara Municipal. É para isso que cá estamos. Se não é para isso, ficamos em casa, noites frias convidativas a estarmos em casa no recato do lar.

Bom, esta é a minha intervenção, Senhor Presidente. Terminei. Muito obrigado.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito obrigado Senhor Deputado. Senhor Deputado Maia Rodrigues, faça favor.

O Senhor Deputado Maia Rodrigues:

- Desculpem o atraso.

Senhor Presidente da Mesa da Assembleia e respetiva Mesa,

Senhor Presidente da Câmara,

Senhores Vereadores,

Caros Membros desta Assembleia,

E Ex.mos Municipais.

Eu subscrevo, integralmente, a solidariedade já manifestada pelo Membro da Assembleia antecessor, com todas as vítimas de contágio de COVID-19 e em especial com as Famílias de todos os que, direta e indiretamente, faleceram em consequência desta pandemia. É que, infelizmente, morre-se da pandemia e morre-se, ou porque não se busca socorro com o medo dela, ou porque os Serviços de Saúde, tal como estão, não respondem às outras patologias da forma mais adequada. É lamentável, mas é a consequência desta pandemia. Eu penso que não há culpados. É impossível prever uma coisa destas.

Ao Senhor Presidente da Mesa, ainda a este propósito, eu, permita-me que faça uma crítica. Esta Assembleia foi convocada num momento difícil que atravessamos, evoluindo nos dias seguintes para pior, do ponto de vista do risco de infeção no decorrer desta pandemia. Neste momento, estamos em risco muito elevado. Mas estivemos muito próximos, nos dias anteriores, de risco extremamente elevado. E, por isso, parece que seria prudente, no mínimo, questionar os Membros da Assembleia sobre a possibilidade de esta, total, ou parcialmente, se fazer através de videoconferência para quem assim preferisse.

Eu lamento que tal não tenha acontecido, apesar de, pessoalmente, confesso, eu preferia forma presencial. Aliás, nós falámos sobre isso e eu disse que faria uma exceção a tudo para estar presente. Mas penso que essa possibilidade devia ter sido dada.

Prometi uma resposta sobre a declaração de voto do Senhor Presidente da Câmara na reunião de 25 de setembro, quando conhecesse o conteúdo da referida declaração. E como faço por honrar os meus compromissos, não poderia deixar de voltar a esta questão nesta Assembleia. Mas, antes, porque também foi aqui focado, gostaria de fazer uma referência a um empréstimo de 3,5 milhões de euros, que foi aprovado numa Assembleia Municipal de Tábua, recentemente.

De facto, eu não compreendi a que propósito as políticas de uma Autarquia vizinha podem ser motivo de referência numa Assembleia de Nelas, até porque, com o eventual mal de outros, viveremos nós sempre muito bem. Mas, como fui Membro do PS naquele Concelho, fiz



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

parte dos Órgãos Diretivos, inclusivé, conhecendo muito bem a maioria dos que participam nos Órgãos do Município, entendi que deveria obter mais informação sobre o assunto e trazer a esta Assembleia.

É evidente que não consultei ninguém pessoalmente, bastando-me ver as informações disponíveis no site da Câmara de Tábua. E, de facto, em setembro foi aprovado por aquela Assembleia, confirmo, o referido empréstimo, mas aconteceram alguns aspetos curiosos que eu gostaria de trazer ao conhecimento de todos. O empréstimo foi aprovado com um único voto contra, sendo os Membros eleitos pelo PS, 21, numa Assembleia de 31 Membros. Não sei qual a razão da grande adesão da Oposição, mas este Município que em 2019, este Município, de Tábua, atenção, que em 2019 teve 8,6 milhões de euros de receitas correntes, se utilizar a totalidade do empréstimo ainda durante 2020, que não é provável, mas se isso acontecer, a dívida bancária total, no final do ano, não passaria de 5,8 milhões de euros. Total, bancária. Só para informação.

E, agora, quanto à declaração de voto faço, desde já, uma crítica. Penso que a forma adotada, censurar o voto da maioria dos Membros desta Assembleia, foi errada. Tal como refere na parte final da declaração, de facto, democraticamente, o Senhor Presidente afirma nada pode fazer contra a decisão, mas também não me parece que aceite a decisão desta Assembleia como deveria democraticamente. Seria bom que, em vez de se gritar aqui d'el rei, que eu vejo como um grito de revolta, evidentemente, legítimo, fossem lidas as motivações políticas que permitiram que uma convergência de sentido de voto, aliás, que permitiram uma convergência de sentido de voto perante argumentos de origem política tão diversa.

Mas, depois de ler, muito atentamente a declaração, bem como as palavras referidas pelo Senhor Presidente na última Assembleia, portanto, aqui, se lhe faço uma crítica tenho que reconhecer, no que à minha pessoa diz respeito e só vou falar a nível pessoal, que assistem muitos motivos para V. Ex.^a me censurar. Senão, vejamos: Em vésperas das Autárquicas de 2013, era eu um ilustre desconhecido no PS, foi V. Ex.^a que me apresentou para uma candidatura.

Quando, em 2016, muitos duvidavam de mim por estar na política, foi V. Ex.^a um aliado de peso para me promover, em especial, dentro do Partido Socialista. Quando alguns temiam em me incluir na lista candidata a Órgãos deste Município foi V. Ex.^a a Lisboa, diretamente à Direção do Partido para que o meu nome constasse da mesma e, por isso, aqui estou hoje.

Quando se preparava e desenvolvia a campanha eleitoral de 2017, estive V. Ex.^a sempre presente, apesar da minha ausência. Igualmente era, geralmente, dos primeiros a chegar ao Centro de Logística para carregar os diversos meios de propaganda para os carros de apoio.

Quando muitos duvidavam do Programa que o PS apresentava ao eleitorado e o denegriam, aliás, são, sem serem Oposição, na sua ação política, portanto, foi V. Ex.^a o impulsor. E, de tudo isso eu serei o primeiro interessado, política e monetariamente.

Por tudo isso, se hoje estou aqui e se eu hoje encaro a política como uma carreira e, infelizmente, não como uma correspondência a um dever de cidadania, ao contrário de tantos outros políticos, em que reconheço V. Ex.^a, tenho que lhe apresentar as minhas desculpas.

Senhor Presidente, este mundo é feito de muita inveja e ingratidão. E, por isso reconheço que temos de ler e meditar sobre a declaração de voto, que até deveria estar muitíssimo grato a V. Ex.^a.

Lamento que o seu grito de revolta fique apenas inscrito numa ata que pode nem sequer vir a fazer história. Peço que seja mais divulgada, ou através das redes sociais, ou mesmo de um cartaz, onde se diga: Maia Rodrigues, residente na Av.^a da Soma, n.º 5, em Santar, votou contra uma autorização prévia de investimentos. E, só me refiro a mim, atenção. E fica, desde já, também expressamente, autorizado a juntar uma fotografia minha.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

Depois de tudo o que disse, não sei se lhe peça perdão. Não sei como deva apresentar um pedido. Mas fica nesta Assembleia expresso o meu pedido formal. Mais informo que estou a ponderar enviar-lhe, através de mensagem privada, uma quadra de António Aleixo e ainda a Oração de São Francisco.

Pensei citar uns Salmos de São Paulo, mas não encontrei nota adequada. E, de facto, depois de muito pesquisar na Net, não me considero nada apropriado na Poesia de Bocage. Mas não resisto a citar Mário Soares e desculpem, mas não sou muito apologista, em mim, de citar outros líderes políticos. Acho que me ficava mal como Membro do PS. E, então, em março de 1947, Mário Soares dizia: “Que continuem os nossos adversários com os seus processos, historicamente, condenados. Que cheguem às mais degradantes violências, às piores injúrias. Que sejam, até ao fim, vítimas de si próprios, das suas próprias naturezas e instintos. Nós saberemos manter-nos, serenamente, corajosamente. A consciência nacional, por mais adormecida que pareça, nos julgará, a nós e a eles. E venceremos.” Depois, em fevereiro de 2015, próximo já do final da vida de Mário Soares, de Político, outra afirmação que fez ao Jornal I: “Aproximar-me de Deus. Isso nunca me veio à cabeça.”. É tudo. Obrigado.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito obrigado Senhor Deputado. Senhor Deputado Rui Costa, faça favor de usar da palavra.

O Senhor Deputado Rui Costa:

- Boa noite Senhor Presidente da Mesa,
Senhoras Secretárias,
Senhor Presidente da Câmara,
Senhores Vereadores,
Senhores Deputados,
Estimado Público.

Nesta época que, para todos nós, é complicada, a solidariedade também que desejo a todos aqueles do nosso Concelho, e do País também, que foram afetados por o COVID-19. A todos eles e peço a esta Assembleia que também o faça, um Voto de Solidariedade para com todas as Famílias daqueles que faleceram, daqueles que ficaram afetados, porque não é só ter a doença, passar pela doença, há sequelas e essas sequelas também vão ter reflexo no futuro.

Depois, politicamente, também temos que falar. Depois de uma Câmara Municipal, na primeira vaga, ter estado longínqua da população, ou seja, afastada, não existia. Alguém via o Presidente da Câmara na primeira vaga? Não. Refugiou-se. Refugiou-se e não esteve com os Municípes deste Concelho. Há que dizê-lo aqui porque, nessa altura, não sabíamos nada. Executivo? Nem sabíamos. Estaria algures. Se calhar, devido a decisões políticas anteriores e que o afetavam politicamente.

Atualmente, não. Agora, há que fazer, até vídeos, para as criancinhas. Vejam lá: o Primeiro Ciclo recebe um vídeo para passar às criancinhas. 7 minutos do Senhor Presidente da Câmara. Será que os nossos filhos têm que ver um vídeo do Senhor Presidente da Câmara? Sete minutos. Se calhar, criancinhas de 4, 5, 6 anos, que, se calhar, deviam ver outras coisas, que era o Pai Natal que estava ao lado, como é óbvio.

Mas, Senhor Presidente da Câmara, congratulo-o com as tendas colocadas no Centro de Saúde de Nelas, no Centro de Saúde de Canas de Senhorim, além de serem exíguas. O que eu lhe pergunto é o seguinte: A área do Centro de Saúde de Canas de Senhorim e a área do Centro de Saúde de Nelas será que não suporta os Utentes deste Concelho? Com salas vazias? Será que a Organização do Centro de Saúde não deveria, se calhar, colocar as pessoas dentro? Se calhar há



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

salas ali dentro, vazias. Se calhar, deveria reunir com o Centro de Saúde e reorganizar a situação. Eu sei que é um tempo complicado, mas é disso que precisamos de um Autarca neste Concelho. É reorganização das Organizações que nos servem.

Estamos a limitar os Cidadãos ao Regime de Saúde. Porque será que um Centro de Saúde, que já não chegava para as situações atuais do nosso Concelho, limita, por razões de COVID-19, por razões de COVID-19 meus Senhores. Mas que COVID-19 é que atendemos em Nelas? Se calhar, nenhum. Porque é que vamos limitar e vamos ter que tocar à campainha? Estar meia hora à espera. Vem uma Funcionária, com o devido respeito, não é? E que diz: O que é que o Senhor quer? E, depois, passadas duas horas, é atendida, ou não. Mas porquê? Será que os médicos fugiram daqui? O Senhor Presidente da Câmara é responsável também por saber se os Técnicos de Saúde do Centro de Saúde de Nelas e de Canas de Senhorim saíram para ir atender o Hospital de Viseu a nível de COVID-19. Portanto, diga-nos também o que é que fez sobre esta situação. Ou alargar mais meio-dia, que tanto propagou por aí fora. Mas meio-dia de quê? Mas meio-dia de 5 dias que teve menos 5 horas? É isso que temos? Senhor Presidente, diga-nos aqui o que é que fez sobre isso.

Depois, queria congratular-me com algo que na Assembleia anterior, ou duas Assembleias anteriores, referimos aqui sobre um sem-abrigo, em Nelas. Segundo sei, no dia 20 de novembro, a pessoa em causa, por intervenção do GNR e da Câmara Municipal, foi sinalizada e deixou de estar em atuação. Porque a atuação que era, era um sem-abrigo que recolhia lixo, que juntava dentro de uma casa que nem teto tinha, etc., etc. E eu gostava também, congratulando-me com essa situação, que o Senhor Presidente dissesse o que é que aconteceu, como é que foi sinalizado, se não foi, o que é que aconteceu sobre esta situação porque, se calhar, devíamos saber também, porque foi aqui debatido. E o Grupo Parlamentar do PSD, na altura, pediu informação ao Presidente da Assembleia, ao Dr. Borges e insistiu várias vezes. E, na altura, foi respondido que nada podiam fazer. Mas agora parece que fizeram. Mas se também o fizeram, também gostava de saber o que é que fizeram.

Muito obrigado.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito obrigado Senhor Deputado. Não havendo mais ninguém inscrito, vou só responder ao Senhor Deputado Maia Rodrigues sobre a convocatória da reunião presencial. Nós, francamente, temos feito sempre reuniões presenciais. Acho que mantemos as distâncias de segurança previstas. Todos usamos a máscara. Ninguém se opôs a que esta reunião fosse presencial. É evidente que corremos sempre riscos. Mas isso não será, espero que não seja por causa desta reunião que haja algum risco.

Portanto, na altura, foi em 9 de dezembro que eu fiz esta convocatória, os casos que havia, que eram muitos, estavam confinados a um Lar. Portanto, não havia uma pandemia espalhada pelo Concelho de que, pelo menos, tenhamos dado conta, não havia. Todos os casos que havia iam sendo reportados, iam sendo reportados sobre o Lar quando eram números elevados. Portanto, viemos, primeiro, para 52, que já não conta para esta contagem agora. Depois, tivemos logo 18. Depois, tivemos 25. Mas, todos, nessa base.

Eu, francamente, não ponderei fazer a reunião por videoconferência. Mas, se de futuro acharem que é mais conveniente, que é mais seguro, por mim, não tenho nada a opor. Portanto, na próxima sessão farei uma consulta prévia às pessoas e se, de facto, acharem que todos têm condições para fazermos a reunião por videoconferência, quanto a mim não vejo nenhum problema nisso. Desta vez, foi assim a exemplo das vezes anteriores porque também considerei,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

de facto, que os casos não estavam disseminados pelo Concelho, mas sim, confinados a uma determinada Instituição. É só o que me apraz dizer neste caso.

O Senhor Deputado Maia Rodrigues: (longe do microfone)

- E aceito, aliás, nós falámos anteontem sobre essa questão. Mas, de facto, o risco de contaminação é invisível. Portanto, o risco é maior. Eu não estou a dizer que estamos a correr um risco, mas devia ter sido ponderado. Aliás, eu até disse que a minha preferência é presencial. Mas devia ter sido ponderado. Era só isso. Mas, agora, paciência, já está. Já passou.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- É a sua opinião. Poderá ser de toda a validade. Espero que não venha a ter razão, que, ao fim desta sessão, nada de mal se verifique. Mas, a intenção foi boa, foi exatamente no seguimento das sessões anteriores, mantendo a distância possível, que me parece que é bastante razoável, com o uso de máscaras. Mas, há sempre opiniões diferentes e, portanto, na próxima vez, se ainda existir esta situação, terei o cuidado de fazer uma auscultação primeiro.

Era só o que me aprazia dizer sobre este ponto. Não sei se o Senhor Presidente quer dar algumas informações? Então Senhor Presidente, faça favor. Agradecia-lhe que fosse breve. Dez minutos.

O Senhor Presidente da Câmara, Dr. José Manuel Borges da Silva:

- Cumprimentar o Senhor Presidente da Assembleia,
a Mesa,
os Senhores Membros da Assembleia Municipal,
os Senhores Vereadores,
e demais presentes.

Relativamente às questões que foram colocadas pelo Senhor Dr. Manuel Henriques, naquilo que era de interesse para a Assembleia, dizer que, relativamente à situação COVID-19, com os dados de hoje, no Município, a informação, como sabem, no site e no facebook, todos os dias a Câmara publica uma informação, que já vai na 262, e os dados de hoje são que houve 9 casos. O total de casos até agora são 314. Já morreram 12 pessoas, infelizmente. Hoje, uma, no Lar da Lapa do Lobo, relacionada com o Lar da Lapa do Lobo. Não sei se foi lá, se foi no hospital. Creio que foi no hospital. Estão recuperadas 227 pessoas. E, estão, atualmente, ativos, 75. Espera-se que em meados da semana que vem, mercê dos 27 casos que ainda estão ativos na Lapa do Lobo, de utentes, mais 4 funcionários, que foram todos testados, que a situação, haja, pelo menos, mais 30 recuperados. E que esses 75 passem para 35 ativos.

Portanto, a situação da evolução, neste dia 18, hoje, é de, em termos absolutos, de evolução absoluta, como sabem, o Município de Nelas, para estar numa situação de risco moderado, basta 34 casos. A situação atual do Município de Nelas é de muito elevado, não é de risco elevado, é muito elevado, a partir da publicação do próximo Diploma do Governo. Portanto, o que está, atualmente, em vigor, que é o 11/2020, está em vigor até às 23:59 h do dia 23 de dezembro. Portanto, entrará em vigor um novo Diploma em que os Municípios de Nelas, Seia, Oliveira do Hospital e Viseu estão como Municípios muito elevados.

A implicação do muito elevado implica, normalmente, que o comércio, ao fim-de-semana, sábado e domingo, encerre às 13 horas e haja proibição de circulação entre as 13 horas e as 5 horas da manhã. Como os dois próximos fins-de-semana têm um regime especial, de Natal e Ano Novo, não se vai aplicar ao Município de Nelas, vai-se aplicar o regime especial. Portanto, quando houver a próxima avaliação, que é no dia 7 de janeiro, vamos ter esperança de que nessa altura já o Município de Nelas tenha números que não conte com os 95 casos de COVID-19 positivos que houve na Lapa do Lobo nos dias 2, 3 e 4 de dezembro.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

E, portanto, ao dia de hoje, que já tem esses reflexos, já só haveria 73 casos. Portanto, ainda estaríamos acima dos 68. Só haveria 73 casos porque os 14 dias, sucessivamente, vão anulando os casos anteriores, ou, na contagem europeia, estaríamos nos 521 casos por 100.000 habitantes. Como sabem, acima dos 470 casos por 100.000 habitantes é o risco muito elevado.

Temos estes gráficos. Temos acompanhado isso. O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, também. E, por isso é que ele falou, como falou, relativamente à realização da Assembleia Municipal. O total de casos ativos e a evolução são 75 casos. E temos aqui também uma simulação que fizemos e que eu enviei para o Senhor Secretário de Estado. Temos tido videoconferências quer com a Senhora Ministra da Modernização, quer com o Senhor Paulo Rebelo, que é o Secretário de Estado que superintende sobre a matéria COVID-19 aqui na Região.

Tentei que o caso da Lapa do Lobo, perfeitamente, localizado, a Fundação Lopes Fonseca que tem excelentes instalações e, portanto, aí foi possível separar os positivos dos negativos dentro das próprias instalações, que aquela situação dos 95 casos positivos não prejudicasse toda a economia local. E, tentei, mandei e-mails, tentei fazer lobing no sentido de que o Município de Nelas não subisse o nível. Mas disseram-me que isso era impossível, que o critério europeu era aplicado a todo o nível em todo o País. Mas, se tirássemos esses 95 casos da Fundação Lopes Fonseca a situação no Concelho de Nelas hoje teria 48 casos ativos, teria, no critério europeu dos 240 casos por 100.000 habitantes, estaríamos nos 343 casos, manteríamos a situação de risco elevado apenas. Isso é a situação do Município de Nelas no dia de hoje. Isto é o ponto da situação no dia de hoje.

Em Mangualde, há uma empresa que fechou, não sei qual é a empresa, mas houve lá 40 casos. E, portanto, como estamos muito perto, as pessoas trabalham, umas em Mangualde, outras em Oliveira do Hospital, outras em Seia e, portanto, há aqui uma circulação que, de um momento para o outro se pode alterar. Recentemente, como sabem, também na Santa Casa da Misericórdia houve um surto, e dos 21, 16 ficaram infetados. Pode acontecer noutra local qualquer. Numa fábrica, temos muitas, felizmente. Também muitas IPSS,s. Temos 400 pessoas institucionalizadas. Pode acontecer em qualquer lugar. O ponto da situação é este.

Em termos locais, para um eventual pico, nós temos um Centro, temos preparado e monitorizado pela Saúde, no Bairro da Igreja, um Centro de Concentração da População para situações de emergência, onde estão montadas 50 camas, Zona de Concentração de Apoio à População, vistoriado, que até à data não tem sido necessário. Não foi necessário no caso da Santa Casa da Misericórdia. Não foi necessário também neste caso da Fundação Lopes Fonseca. Mas está montado. Não foi necessário fazer casas de banho porque foi montado um contentor. Contentor/casas de banho e contentor/chuveiros. Foi tudo dividido. Foi preparado um refeitório. Portanto, aquilo está tudo preparado. De um momento para o outro, se for necessário, é utilizado.

Além desta perspetiva local, existe também, como sabem, uma estratégia nacional de adaptação de locais regionais. No caso de Viseu, creio que é um pavilhão. Não sei se é um pavilhão no Fontelo, se é o Edifício Multiusos, para receber, em termos de necessidade, em termos distritais, também, no caso dos Concelhos não darem resposta, darem apoio mesmo pré-hospitalar, em complemento aos hospitais de Viseu, ou às Unidades de Saúde, à situação, antes que venha esta milagrosa vacina que esbata as consequências disto. Portanto, é este o ponto da situação. Mas, aqui em Nelas, tem sido acompanhado desta maneira.

A questão dos Bombeiros, de facto, não vou dizer que houve da parte da Câmara, nesta fase, de boa vontade relativamente ao regulamento apresentado pelo Senhor Vereador Dr. Manuel Marques, especificamente relativamente aos Bombeiros, de um Estatuto Social próprio dos Bombeiros no Município de Nelas. O que ficou no fim da discussão foi que a proposta foi retirada



no sentido de se pedir um parecer à CCDR no sentido da CCDR se manifestar se a proposta teria que vir acompanhada, ou não, de uma estrutura de custos relativamente a esse Regulamento de Apoio Social ao Bombeiro. E, portanto, isso ainda está em cima da Mesa. O parecer vai ser pedido à CCDR. Está a ser elaborado pela Jurista. E, assim não quer dizer que não possa haver uma reponderação relativamente a essa situação porque, em rigor, o que está em causa na proposta, salvo alguns pormenores, não vou estar aqui a discutir a proposta, porque não há tempo, tem a ver com a concessão de, relativamente a receitas próprias do Município ao nível do IMI e de taxas, de que a Câmara Municipal pode dispor e isentar os Bombeiros como estímulo à sua participação em termos de Voluntariado. Em rigor, é isso porque muitas outras matérias, na própria legislação sobre o Estatuto Social do Bombeiro, já há alguma proteção aos Bombeiros. Os Bombeiros merecem toda essa proteção, concerteza.

Na Lapa do Lobo, eu acho que o Senhor Dr. Manuel Henriques foi um bocadinho injusto com o Senhor Presidente da Junta e com a Câmara. Não podemos presumir que um Presidente de Junta quer o pior para a sua gente, para a sua população. Ainda mais, como é o primeiro mandato que ele está a fazer e daqui a meses vai ser julgado pela população. Portanto, o que aconteceu e eu tenho conhecimento disto, é que todos os anos, ele e os Serviços da Câmara, e ele é Encarregado da Câmara, ia cortar pernadas daquelas árvores que caíam na estrada e cortar com uma motosserra. Portanto, por um lado, todos os anos havia partes daquelas árvores que caíam para o meio da estrada e por outro lado, havia pedidos de muitos dos moradores que viviam junto às árvores no sentido das mesmas serem cortadas. Na Junta de Freguesia há lá muitos pedidos, por escrito, para que as árvores, muitas delas, fossem removidas. Acresce que, muitas das pessoas que hoje barafustam contra o corte das árvores foram os primeiros a que se cortasse todo aquele conjunto de cedros à entrada da Lapa do Lobo porque estavam a tirar o sol a uma vinha inteira, a uma vinha. E fizeram, inclusivé, um valado para cortar os cedros. E quem lá for hoje ver vê que eles, no interior, estão todos secos por causa desse valado que foi feito de secagem interna dos cedros.

E, portanto, Dr. Manuel Henriques, nem tudo o que parece é. Portanto, já falou com o Senhor Presidente da Junta sobre o que é que se passou relativamente às árvores? E, já falou com o Senhor Dr. Nuno Gama, que é o Responsável da manutenção das Estradas e perguntou porque tal aconteceu? A Câmara levou com um processo de contraordenação por ter cortado um cedro ali na Curva dos Valinhos. As Infraestruturas de Portugal não cortam uma árvore por dá cá aquela palha.

Fiquei surpreendido com o tamanho da intervenção e pedi explicações de imediato. E ele mandou-me um relatório dos Serviços de Ambiente das Infraestruturas de Portugal. E, eu não acredito que as Infraestruturas de Portugal tivessem tomado aquela atitude e feito aquela análise de âmbito leve. Eu, só me recordo também, em solidariedade com o Presidente da Junta, com quem fui lá, imediatamente, analisar para ver se minimizava aquilo. E, eu aconselho, se ainda não fez isso, vá lá ver aquele carvalho que lá está, que mede 4, ou 5 vezes, o corpo de um de nós. Tem lá um buraco, numa das hastes em que cabe lá uma mão. E, se aquilo cai em cima de alguém? De uma Família? De um carro? De um autocarro? Quem é qu se responsabiliza? O primeiro arguido é o Autarca. Aconteceu assim na Madeira. Desculpem lembrar isto.

E se há um relatório técnico das Infraestruturas de Portugal a dizer que aquilo tinha que ser abatido. É que a natureza dos seres vivos, como as árvores, também é nascer e também é morrer. Peço perdão. Agora, digam: têm que ser replantadas, tem que ser feita nova replantação, feito um estudo paisagístico, etc., muito bem. Agora, perante aquele relatório das Infraestruturas de Portugal eu acho que não havia alternativa nenhuma ao Senhor Presidente da Junta.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

E eu digo-lhe uma coisa, Dr. Manuel Henriques, com o devido respeito: Está enganado sobre o sentimento da população da Lapa do Lobo. Eu andei lá com o Senhor Presidente da Junta e ali junto às árvores, está completamente enganado sobre o sentimento da população. Pode haver uma Família, uma Família que se expressa relativamente a isto. E é essa própria família que pediu o corte dos cedros todos que lhe afogava a vinha na entrada. E um pinheiro manso também junto à Associação. Portanto, para uma coisa são muito ativos do ponto de vista da defesa das árvores. Por outro lado, já pedem para lhes cortar as sombras dos pinheiros mansos e dos cedros.

E, se o Senhor Presidente da Junta, depois quiser intervir, esteja à vontade, mas é o conhecimento que eu tenho. E eu, vou-lhe dizer uma coisa: entre o perigo de uma árvore que faça mal a um ser humano e manter uma árvore, eu tomo o partido do ser humano em qualquer situação. E é o caso da Lapa do Lobo. Portanto, e se isso tiver consequências eleitorais, não me importo de assumir essas consequências eleitorais.

Dr. Maia Rodrigues, o facto de eu ser Presidente de Câmara, isso não me impõe o *capitus dominicus*. Eu sou Presidente de Câmara. Impõe-me um conjunto de responsabilidades, mas não me tira liberdade de continuar a ter opinião e a expressá-la. Dá-me mais responsabilidade, mas não me retira liberdade. E, portanto, eu continuarei a manifestar as minhas opiniões, livremente, com responsabilidade e com respeito. E é o que fiz e continuarei a fazer.

Há muitos lugares, Rui Costa, há muitos munícipes em muitas situações em que, há aí muitos lugares e em muitos sítios onde eu vejo, costumo ver na televisão, em Viseu, em Lisboa, no Porto, em Coimbra, em muitos sítios, em que têm orgulho em ver o Presidente de Câmara ser interventivo, ativo, aparecer na televisão, em manifestações, junto da sua população e etc. Estranho que em Nelas e por via digital, aparecer junto de uma Escola, junto do Pai Natal para oferecer uns Pais-Natais, isso incomode tanto um Municípe. Não sei. Portanto, eu não sei. Acho que devíamos estar é todos felizes por nas Escolas haver meios digitais que permitam que o Presidente de Câmara lá chegue, com quadros interativos, com novas tecnologias, com tudo isso. Acho que só em Nelas é que a figura institucional de um Presidente de Câmara, do Presidente de Câmara, é que pode ser o José Borges da Silva, ou o João António, ou outro qualquer, incomoda tanta gente.

Amanhã há-de ser outro Presidente de Câmara. Mas a figura institucional de um Presidente de Câmara deve aparecer junto das pessoas, até pelo próprio respeito da figura institucional. Vejo ser assim em todo o lado. Na televisão vê-se, muitas de vezes, o Presidente de Câmara. Só em Nelas é que ele deve estar no Gabinete, escondido, não deve aparecer em lado nenhum.

Depois, a organização dos Centros de Saúde não é ainda da responsabilidade da Câmara Municipal. É do ACES e do Ministério da Saúde. E, portanto, eu não me meto na organização do interior do Centro de Saúde. Não sou eu que vou lá dizer às pessoas devem ir lá para dentro ou se devem estar cá fora. Pediram-me para eu pôr umas tendas nos Centros de Saúde de Nelas e de Canas de Senhorim. E, a Câmara comprou as tendas e pôs lá as tendas. E vai pôr ainda os encerados entre as tendas e a entrada dos Centros de Saúde.

Pediram-me dois Técnicos Administrativos, um para Nelas e outro para Canas de Senhorim. A Câmara está a pagar aos Técnicos Administrativos. Pediram-me dois Assistentes Operacionais, um para Nelas e outro para Canas de Senhorim. A Câmara pôs lá dois Assistentes Operacionais. Pediram dois telefones, um para Nelas e outro para Canas de Senhorim. A Câmara pôs lá dois telefones. Pediram-me para limpar os jardins de Nelas e de Canas de Senhorim e podar as árvores de Nelas e de Canas de Senhorim. A Câmara podou em Nelas e em Canas de Senhorim. Pediram-me. Tudo que pedem, a Câmara põe e dispõe e ajuda.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

Mas quem gere o Centro de Saúde, os Médicos, se vão para Viseu e se lá são precisos porque estamos a viver uma pandemia não é a Câmara, nós tentamos ajudar o máximo que podemos, Rui. E, do ponto de vista médico, os médicos estão cá todos. Estão 3 médicos em Canas de Senhorim, o Dr. Ricardo, a Dr.^a Cristina e uma outra Médica que não me ocorre o nome porque é nova. E em Nelas estão 5 médicos, a Dr.^a Irene, a Dr.^a Carla e outros 3 médicos. Neste sei porque uma é a Diretora da USF. Mas estão 5 Médicos aqui e 3 em Canas de Senhorim. O quadro está completo. E foi possível nesta altura estar completo o quadro dos médicos das USF,s. E foi nesta altura porque a grande preocupação são as doenças do foro respiratório. Por isso é que foi alargado o horário de atendimento para as doenças que se confundem relativamente às questões das gripes.

O sem-abrigo que o Rui falou, foi tratado. Eu, quando saí do Bar da Estação e vi o Senhor outra vez com o pau na mão, aqui em Nelas, tirei uma fotografia. Hoje, estas coisas permitem enviar, imediatamente um e-mail com uma fotografia e mandei para a GNR, Delegado de Saúde, ACES, os Delegados de Saúde COVID-19, etc. E não passou daquele dia. E, acho que o homem até agradeceu porque ele estava a viver em condições miseráveis e foi instalado num Lar, nesse dia e ao outro dia foi instalado num Centro de Apoio da Segurança Social, situação em que ainda hoje está.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito obrigado Senhor Presidente. Senhor Deputado Rui Costa, quer responder a alguma coisa? Então, faça favor. Três minutos, no máximo

O Senhor Deputado Rui Costa:

- Senhor Presidente da Câmara, muito obrigado pelas explicações.

Quanto à explicação sobre o sem-abrigo fico, realmente, grato a V. Ex.^a e aos Serviços da Câmara Municipal perante o que fez para bem da pessoa em si, principalmente e para bem da sociedade porque, a pessoa em causa, como vos reporte, andava de caixote em caixote do lixo, a recolher plástico, metal, etc., etc., e vivia numa casa, que não é propriedade da Câmara Municipal, é de um privado. Erradamente, parece que se disse aqui que pertencia ao falecido Eng.^o José Manuel, Ex-Presidente da Câmara, mas parece que não. Parece que pertence a uma pessoa da Lapa do Lobo. Senhor António, da Lapa do Lobo. É de um privado. E, então, pronto, agradeço, desde já, em meu nome e em nome da Comunidade, ao fim e ao cabo porque foi algo que esta Câmara fez de bom.

Mas, para meu espanto, Senhor Presidente da Câmara, depois de gastos, durante estes últimos 7 anos, mais de 10 milhões de euros em meio ambiente, em ETAR,s e que o Senhor apregoa aqui todos os dias, ainda bem que lhe vou recordar, na primeira, ou na segunda Assembleia que fez do seu primeiro mandato, pergunto, como é que o Senhor deixa e passo-lhe e mostro-lhe fotos do que aconteceu, nesse fatídico dia 10 de novembro, onde a Proteção Civil de Nelas, cujo responsável é o Senhor Presidente da Câmara, faz um buraco ao lado da casa desse sem-abrigo, anda à volta de 3 metros, por 3 metros, por 3 metros de profundidade e, com uma retroescavadora, injeta todos os detritos que havia do sem-abrigo na propriedade? Ou seja, apregoamos a nível de meio ambiente e, depois, como Autarquia, enterramos plástico, cartão, sucata, etc. Senhor Presidente da Câmara, tenho aqui as fotos e eu posso-lhe mostrar e posso-lhe passar, sem problemas nenhuns.

Agora, diga-me o Senhor, como responsável máximo sobre esta situação, como é que é possível no século XXI, quando injetamos e ainda agora vamos aprovar mais um 1,5 milhões de euros para ETAR,s, para meio ambiente, etc., etc., etc., e o Senhor, como Responsável, não tem uma carrinha que vá lá, em vez da retroescavadora fazer o buraco e metê-lo lá, meter numa carrinha e levar para o aterro. Isto é incrível, meus Senhores. Isto é de uma irresponsabilidade



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

enorme. E, posso-vos dizer que hoje mesmo apresentei queixa da Autarquia Câmara Municipal de Nelas sobre este ato de vandalismo ambiental. E, posso informar dessa situação, atualmente a GNR. E a GNR Ambiental está informada dessa situação e tem uma ação sobre a Câmara Municipal sobre esta situação. De qualquer forma, se quiser as fotos, posso-lhas passar.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Faça favor, Senhor Presidente.

O Senhor Presidente da Câmara:

- Bom, eu acompanhei esta situação. De facto, este Senhor que acho era da Meda, vivia numa casa de pedra sem telhado e tinha acumulado umas bacias para tomar banho e uns cartões, debaixo dos quais dormia. E, não sei em que dia foi, sei que foi de manhã, eu próprio liguei ao dono do terreno, ao Senhor que eu conheço como António da Lapa. Liguei estava no quartel da GNR, porque eu não entrei na Câmara, fui logo direto ao quartel da GNR porque a situação tinha que ser resolvida de imediato. E, pedi autorização para haver uma intervenção da Câmara Municipal naquele espaço. E pedi-lhe autorização em frente ao Comandante da GNR que, entretanto, já cá não está cá, já foi mobilizado para, creio que perto de Vouzela, no sentido daquele espaço ser limpo e lá ser colocado terra, de forma a impedir que o sem-abrigo voltasse para lá porque estávamos preocupados que ele viesse de Viseu outra vez para lá. E as indicações que foram dadas foram para o espaço ser limpo e, uma retroescavadora colocar lá aterro, terra, e o espaço ser limpo.

Vou dar as fotografias a todos os Membros da Assembleia para que algum de vocês descubra aqui onde é que há alguma coisa do que o Sr. Deputado Rui Costa disse que se verifica. E pedia ao Senhor Presidente da Assembleia que verificasse se o que o Sr. Deputado Rui Costa disse está aqui evidenciado nas fotografias. O que se vê é uma retroescavadora a deitar terra num sítio qualquer, mas não se vê lixo nenhum nas fotografias. Eu pedi para deitarem terra para impedir que o Senhor pudesse aceder ao local. Mas não se vê lixo nenhum. Pelo contrário, vê-se um Funcionário da Câmara a apanhar lixo porque a indicação que eu dei foi para retirarem o lixo do local e depois deitarem aterro naquele local. E eu convido a que toda a gente veja as fotografias para ver se a máquina está a deitar algum aterro em cima daquilo que o Eng.º Rui Costa acaba de dizer, que não é verdade. E, portanto, vejam as fotografias, pronto.

Sr. Deputado Rui, desculpa, mas eu não vejo nada do que tu disseste ali. Eu pedi para deitar aterro no espaço para impedir que o Senhor voltasse a ir para lá, mas depois de limpo o espaço. Aliás, vê-se ali um homem a apanhar as caixas e foram lá tirar as coisas primeiro. É o contrário do que tu disseste. Portanto, está dado o esclarecimento. E eu poupava-te uma coisa: O Rui, Autarca, se me tivesses comunicado essa situação antes de a ter participado à GNR e o Rui já me conhece há muitos anos e se estivesse aqui alguma irregularidade, ou contra-ordenacional, ou criminal, eu próprio teria atuado. Agora, participar primeiro às Autoridades, não. Participavas às Autoridades que é o Presidente da Câmara, que tinha obrigação de atuar, até contra os funcionários que atuaram de maneira diferente às instruções que eu dei. Então, mas quê, há agora interesse em, vamos chingar a Câmara Municipal para pagar contraordenações e multas, é? Mas quê? Mas somos Autarcas, ou somos contra a Autarquia? Isso é que eu não estou a perceber. Não, mas mostre às pessoas então onde é que está lá o crime ambiental. É que também há processos de denúncia caluniosa. Ou não conhece esses processos?

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Senhor Presidente, eu, por uma questão de cuidado de contágio, não vou passar as fotografias.

O Senhor Presidente da Câmara:



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

- Eu pedia ao Senhor Presidente que dissesse à Assembleia se esta aí alguma coisa do que o Senhor Eng.º disse.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Não. Não se vê em nenhuma fotografia, nenhum lixo, nem nenhuma vala aberta. Vê-se uma máquina e vê-se um monte de terra. E, espero que por debaixo deste monte de terra não esteja nenhum. Agora, aqui não se vê nenhum lixo. Vê-se um funcionário, de facto, com uns plásticos na mão, ou outra coisa qualquer. O único lixo que se vê é este funcionário com duas coisas na mão. Parece-me um comedouro dos pintos e o outro, não sei o que é. Pronto, e vê-se um monte de terra. Agora, não duvido da palavra do Senhor Deputado Rui Costa, mas as fotografias não esclarecem, factualmente, o que ele disse.

O Senhor Presidente da Câmara:

- Mas eu garanto ao Eng.º Rui Costa que não aconteceu isso.

O Senhor Deputado Rui Costa:

- E eu garanto ao Senhor Presidente da Câmara que aconteceu. E vamos verificar depois. E, depois, aqui o Senhor, ou eu, pedimos desculpa um ao outro.

O Senhor Presidente da Câmara:

- Está bem. Há-de ser como o parque de caravanismo.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Considerando este caso resolvido, ficamos na dúvida. Passamos ao Período da Ordem do Dia, já com um atraso de, vá lá, seis minutitos.

Então - Informação do Senhor Presidente da Câmara sobre a atividade municipal, nos termos da alínea c), do n.º 2, do art.º 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12/09.

(Informação enviada a todos os Senhores Membros da Assembleia Municipal)

Ex.m.º Senhor Presidente da Assembleia Municipal

Ex.m.ºs Senhores Membros da Assembleia

De acordo com a alínea c), do n.º 2, do art.º 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, tenho a honra de apresentar a V. ºs Ex.ºs a informação escrita acerca da atividade do Município desde a última informação para a Assembleia Municipal em 01 de setembro de 2020 até à data de 30 de novembro de 2021, bem como a sua situação financeira.

A) Informação sobre obras municipais, ambiente, gestão urbanística e planeamento:

Nomeadamente:

A1)

- Abertura permanente do edifício da Câmara Municipal e da Loja do Cidadão, bem como de outros Serviços Municipais, com regras de funcionamento adaptadas à situação de pandemia, de forma a garantir o funcionamento de todos os serviços essenciais, mas proporcionando todas as condições de segurança aos Municípios;
- Reparação/ beneficiação de calçadas, passeios e estradas em todas as Freguesias;
- Limpeza e arranjo das ruas, jardins, espaços verdes em todas as Freguesias e zonas industriais do Concelho;
- Execução do muro de vedação do Espaço da Feira Mensal em Nelas;
- Continuação da construção do Centro de Recolha Oficial de animais de Companhia (CRO);
- Continuação da execução dos trabalhos das obras do Saneamento de Águas Residuais da Ribeirinha, em Canas de Senhorim Nascente;



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

- Continuação dos trabalhos de ampliação do Cemitério de Senhorim;
- Execução do Fecho do Sistema de Abastecimento de Água de Nelas;
- Limpeza e arranjo das ruas, jardins, espaços verdes em todas as Freguesias e zonas industriais do Concelho;
- Limpeza de estradas, ruas, caminhos rurais e florestais;
- Aquisição de terrenos para ampliação das Zonas Industriais e para instalação de infraestruturas;
- Arranjos e reparações diversas nos Jardins-de-infância e Escolas do 1º Ciclo do Concelho;
- Aplicação de herbicida em colaboração com as juntas de Freguesias;
- Colaboração com as Juntas de Freguesia em diversas obras, com fornecimento de material;
- Colaboração com a Associação dos Bombeiros Voluntários de Nelas na organização do seu Centenário;
- Colaboração com a Associação dos Bombeiros Voluntários de Nelas na requalificação do Antigo Quartel, para futuro Centro Municipal de Protecção Civil;
- Limpeza das bermas de estradas com o limpa bermas, em todo o Concelho;
- Colocação/reparação de diverso mobiliário urbano no Concelho;
- Reparação de vários bancos de jardim no Concelho;
- Recolocação de calçadas devido às muitas roturas de água no Concelho;
- Arranjos em vários cemitérios do Concelho;
- Equipa SOS Buracos: múltiplos arranjos de calçadas, passeios e estradas em todas as Freguesias;
- Limpeza dos recintos das escolas do Concelho;
- Requalificação dos equipamentos de climatização do refeitório e de outras salas do Centro Escolar de Nelas;
- Limpeza de terrenos junto das áreas urbanas com a máquina de rastos;
- Manutenção, alargamento e abertura de diversos caminhos florestais e agrícolas;
- Manutenção dos parques infantis no Concelho;
- Arranjo de múltiplas passadeiras e rampas para as pessoas com mobilidades reduzidas;
- Arranjo de caminhos rurais e florestais com motoniveladora em todas as Freguesias do Concelho;
- Abertura e alargamento de novos caminhos na Póvoa de Cima, S. João do Monte, Vale de Madeiros, Caldas da Felgueira e Canas de Senhorim;
- Consolidação de diversos imóveis para protecção de pessoas e bens em diversas freguesias;
- Levantamento dos imóveis devolutos e degradados em todas as freguesias;
- Reforço da vala de oxidação da Etar de Nelas III para arranque da mesma no início de 2021;
- Finalização das obras do Sistema Intercetor, designadamente:
 - Ligação das condutas nas travessias da linha férrea da Beira Alta;
 - Ligação das condutas na travessia da E. N. 234;
 - Repavimentação de vários troços que tinham sido alvo de intervenção na sequência desta obra;
 - Estação Elevatória EEAR Nelas 1A (Póvoa da Roçada), já com a ligação da energia eléctrica efectuada;
 - Estação Elevatória EEAR Nelas 1 (antiga ETAR de Nelas 1), já em fase de finalização e ligação de energia eléctrica;



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

- Estação Elevatória EEAR Norte 1 (na ZI, no terreno em frente à cooperativa dos olivicultores), já com a ligação da energia eléctrica efectuada;
- Estação Elevatória EEAR Norte 2 (na ZI, no terreno perto da subestação da EDP), já com a ligação da energia eléctrica efectuada;
- Estação Elevatória no Folhadal, já com a ligação da energia eléctrica efectuada;
- Estação Elevatória EEAR Sul (no terreno em frente à Borgstena), já em fase de finalização e ligação de energia eléctrica;
- Construção da ETAR de Santar I (Casal Sancho), já em fase de finalização e ligação de energia eléctrica;
- Funcionamento da ETAR de Santar II;
- Funcionamento ETAR de Moreira;
- Funcionamento da ETAR da Lapa do Lobo;
- Funcionamento da ETAR de Agueira/Carvalho Redondo;
- Funcionamento da ETAR de Vilar Seco;
- Prolongamento de ramais de água e saneamento;
- Requalificação da Rede Viária no Concelho;
- Reparação e colocação de diversa sinalização vertical no concelho;
- Limpeza da faixa de gestão de combustível da rede secundária nas zonas industriais da Ribeirinha, Chão do Pisco e Z. I. I de Nelas;
- Limpeza da faixa de gestão de combustível da rede secundária nas zonas urbanas em todas as Freguesias bem como na rede viária municipal;
- Conclusão da requalificação da Escola do 1º CEB de Santar;
- Limpeza e terraplanagem de terrenos nas Zonas Industriais com a máquina de rastos;
- Continuação da construção do Grande Reservatório de 4000 m³ de água para abastecimento de todo o Município de Nelas - Sistema de Abastecimento de Água de Nelas;
- Abate de árvores (secas e queimadas) em risco de queda próximo das habitações e estradas do Concelho;
- Abate de árvores secas e queimadas e remoção das mesmas dos caminhos rurais e florestais no Concelho;
- Diversas acções de sensibilização;
- Melhoramentos nos parques desportivos do Concelho;
- Continuação dos trabalhos inerentes à elaboração da Estratégia Local de Habitação;
- Continuação das obras de requalificação da Escola Básica do 1.º Ciclo do Fojo, em Canas de Senhorim;
- Continuação das obras de requalificação da Escola Básica do 1.º Ciclo da Feira, em Canas de Senhorim;
- Consignação das obras de requalificação do campo de ténis, polivalente e respectiva iluminação, do parque S. Miguel – Mata das Alminhas, em Nelas, no âmbito da ADD/PDR;
- Abertura de procedimento para a construção de muros na Variante da Agueira;
- Abertura de procedimento para as obras de requalificação do Jardim de Infância de Vilar Seco;
- Conclusão das obras de requalificação/ampliação do cemitério de Vilar Seco;
- Elaboração de estudo prévio para a construção da “Rotunda dos Mathias”;
- Assinatura do contrato para a construção da “Rotunda da Borgstena”;



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

- Abertura do procedimento para as obras de ampliação do cemitério do Folhadal;
- Abertura de procedimento para as obras de requalificação do Largo da Sr.^a da Tosse, no Folhadal;
- Início dos trabalhos de alargamento da Rua do Farol e posterior ligação desta à Rua Dr. Abílio Monteiro, em Canas de Senhorim;
- Início dos trabalhos da abertura de arruamento de ligação do cemitério de Canas de Senhorim à “Rotunda da Boiça”;
- Candidatura no âmbito da ADD/PDR ao programa “Renovação de Aldeias”, para requalificação do polivalente, passeios, muro e instalação do parque infantil, nas Caldas da Felgueira;
- Elaboração do projecto de requalificação do Mercado Municipal, no âmbito do PARU;
- Elaboração do projecto de requalificação da Av. João XXIII, no âmbito do PARU;
- Elaboração do projecto de requalificação do Centro Histórico de Santar, no âmbito do PAMUS;
- Elaboração do projecto de conclusão da ciclovia na variante de Nelas, no âmbito do PAMUS;
- Elaboração do projecto da Zona de Coexistência e Rede Ciclável – Mobilidade Urbana Sustentável de Caldas da Felgueira, no âmbito do PAMUS;
- Elaboração do projecto da Zona de Coexistência e Rede Ciclável – Mobilidade Urbana Sustentável de Canas de Senhorim, no âmbito do PAMUS;
- Abertura de procedimento para o projecto CAVE, em Santar;
- Execução de projecto de reforço da ponte sobre o Rio Mondego nas Caldas da Felgueira;
- Abertura do concurso na sequência da aprovação de candidatura apresentada no Turismo de Portugal para a construção de um parque de autocaravanismo;
- Continuação da construção e apetrechamento de salas interativas informáticas na escola sede do Agrupamento de Canas de Senhorim, no âmbito do projecto de combate ao insucesso escolar;
- Continuação da construção e apetrechamento de salas interativas informáticas na Escola Fortunato de Almeida, no âmbito do projecto de combate ao insucesso escolar;
- Colaboração com a Junta de Freguesia da Lapa do Lobo na requalificação do parque infantil;
- Lançamento do concurso para requalificação do edifício pré-escolar, em Vilar Seco;
- Realização de podas em verde em todas as árvores de todas as Freguesias;
- Deliberação de apoio com conforto financeiro às IPSS’s Centro Paroquial de Carvalhal Redondo, Associação do Folhadal, Centro Paroquial de Canas de Senhorim, Centro Paroquial de Vilar Seco e ATS – Amigos Terras Senhorim, para candidaturas ao programa PARES 3.0, para construção de ERPI’s, Centros de Dia e Apoio Domiciliário;
- Apoio ao Centro Paroquial de Nelas para requalificação da antiga escola pré-primária da Serra da Estrela, para instalação de um Centro de Dia;
- Cooperação com a Associação de Moreira, com atribuição de subsídio para aquisição de imóvel para ampliação das suas instalações;
- Apoio técnico à Escola Secundária de Nelas para construção de um muro de vedação confinante com a Rua Serra da Estrela;
- Conclusão do loteamento da Área de Acolhimento Empresarial e preparação do lançamento do concurso público de construção por lotes;



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

- Apresentação de candidatura ao aviso POSEUR para reaproveitamento da água da Etar de Nelas III para uso industrial;
- Lançamento do procedimento concursal para as obras de reabilitação de toda a habitação social do Concelho de Nelas.

A2) Actividades desenvolvidas com a pandemia COVID-19:

2020-09-06:	Mercadinho de Produtos agrícolas
2020-09-07:	Entrega dos cabazes às famílias carenciadas (Produtos agrícolas)
2020-09-11:	Reunião abertura do ano escolar com os agrupamentos de escolas e saúde
2020-09-13:	Mercadinho de Produtos agrícolas
2020-09-14:	Entrega dos cabazes às famílias carenciadas (Produtos agrícolas)
2020-09-20:	Mercadinho de Produtos agrícolas
2020-09-21:	Entrega dos cabazes às famílias carenciadas (Produtos agrícolas)
2020-09-27:	Mercadinho de Produtos agrícolas
2020-09-28:	Entrega dos cabazes às famílias carenciadas (Produtos agrícolas)
2020-10-04:	Mercadinho de Produtos agrícolas
2020-10-06:	Entrega dos cabazes às famílias carenciadas (Produtos agrícolas)
2020-10-11:	Mercadinho de Produtos agrícolas
2020-10-12:	Entrega dos cabazes às famílias carenciadas (Produtos agrícolas)
2020-10-14:	Declara a situação de calamidade, no âmbito da pandemia da doença COVID-19
2020-10-15:	Serviço de Desporto do Município de Nelas promove atividades Online – “NelasFit”
2020-10-16:	Despacho do Presidente da Câmara - Acesso condicionado aos cemitérios do Concelho de 30 de outubro a 2 de novembro
2020-10-18:	Mercadinho de Produtos agrícolas
2020-10-19:	Entrega dos cabazes às famílias carenciadas (Produtos agrícolas)
2020-10-19:	Até ao dia 19/10 os serviços sociais do município já entregaram 324 cabazes de fruta e produtos hortícolas às famílias mais carenciadas do concelho



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

2020-10-25:	Mercadinho de Produtos agrícolas
2020-10-26:	Entrega dos cabazes às famílias carenciadas (Produtos agrícolas)
2020-10-27:	Agravamento da situação Covid-19 no Concelho de Nelas - Comunicação do Presidente da Câmara Municipal
2020-10-29:	Despacho do Presidente da Câmara - Alteração ao despacho nº 5517, de 16/10/2020 - Acesso condicionado aos cemitérios do concelho.
2020-10-29:	Reunião da Comissão Municipal de Proteção Civil para analisar a situação do agravamento de casos
2020-10-31:	Proteção Civil Municipal apela ao cumprimento das regras definidas para o funcionamento dos cemitérios
2020-11-01:	Mercadinho de Produtos agrícolas
2020-11-02:	Entrega dos cabazes às famílias carenciadas (Produtos agrícolas)
2020-11-07:	Reuniões de emergência da Comissão Municipal de Protecção Civil de Nelas, principalmente, devido ao aumento de casos covid-19 no concelho, em especial na Santa Casa da Misericórdia de Santar
2020-11-08:	Apresentação de medidas do Novo Estado de Emergência
2020-11-08:	Mercadinho de Produtos agrícolas
2020-11-09:	Entrega dos cabazes às famílias carenciadas (Produtos agrícolas)
2020-11-12:	Número de casos Covid-19 positivos no Concelho de Nelas nos últimos 15 dias teve uma evolução considerável e grave
2020-11-13:	Concelho de Nelas integrado na lista dos 191 municípios sujeitos a medidas especiais, incluindo as aplicáveis aos sábados e domingos, com efeito a partir das 00:00 horas da próxima segunda-feira, dia 16 de novembro
2020-11-13:	Zona de Concentração e Apoio à População Covid-19 com 50 camas está instalada na sede da Associação de Santo António em Nelas
2020-11-13:	Foram entregues 360 secretárias individuais para os alunos dos Agrupamentos de Escolas de Nelas e de Canas de Senhorim, pela Câmara Municipal de Nelas
2020-11-14:	Reforço da campanha de sensibilização para cumprimento de normas, para diminuir os casos de Covid-19
2020-11-14:	Colocação de tendas nos Centros de Saúde do Concelho
2020-11-	Mercadinho de Produtos agrícolas



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

15:	
2020-11-15:	Inclusão do Concelho de Nelas nos Concelhos qualificados como de risco elevado
2020-11-16:	Entrega dos cabazes às famílias carenciadas (Produtos agrícolas)
2020-11-16:	Alargamento do horário de funcionamento das Unidades de Saúde Familiar de Nelas e de Canas de Senhorim
2020-11-18:	Despacho do Presidente da Câmara. Regime excecional relativo ao horário de abertura dos estabelecimentos de comércio a retalho e de prestação de serviços aos sábados e domingos.
2020-11-20:	Despacho do Presidente da Câmara - Autorização para realização de feiras
2020-11-21:	Ações e medidas da câmara municipal, das diversas entidades e comportamento da população contribuem para evolução positiva da situação covid-19 no concelho de nelas desde a sua declaração como município com elevado risco de contágio.
2020-11-21:	Rede de transporte de táxi para entrega ao domicílio das refeições take-away dos restaurantes do Concelho
2020-11-21:	Concelho de Nelas acaba de sair da lista dos municípios de risco muito elevado de Covid—19, acabando a proibição de circulação e o encerramento do comércio nos próximos fins de semana e feriados
2020-11-22:	Rede de transporte de táxi para entrega ao domicílio das refeições take-away dos restaurantes do concelho
2020-11-22:	Mercadinho de Produtos agrícolas
2020-11-23:	Entrega dos cabazes às famílias carenciadas (Produtos agrícolas)
2020-11-26:	Presidente da Câmara de Nelas debate com Representante do Governo e Entidades Regionais da Saúde, Proteção Civil, Defesa e Segurança Social, a situação Covid-19 no Concelho de Nelas, situação esta que continua a evoluir muito favoravelmente, baixando para 41 o número de casos ativos positivos e colocando o Concelho em condição de, mantendo esta evolução, poder passar a ser considerado como em situação de risco moderado
2020-11-29:	Mercadinho de Produtos agrícolas
2020-11-30:	Entrega dos cabazes às famílias carenciadas (Produtos agrícolas)

B) Informação sobre educação, cultura e desporto:

Nomeadamente:



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

- Organização da 29.^a Edição da Feira do Vinho Dão, este ano atenta a situação de pandemia do COVID-19, organizada em versão On-Line. Apesar disso, foram realizadas diversas actividades na Feira do Vinho do Dão, designadamente, a inauguração da Adega de Espumantes Pedra Cancela, a inauguração e cerimónia de abertura da Feira, que contou com a presença da Sr.^a Ministra da Coesão Territorial Professora Doutora Ana Abrunhosa, o Concurso de Vinhos, a Rota dos Produtores, a Prova de Vinhos, as Portas Abertas para o Dão e a Loja On-line;
- Continuação da atribuição de subsídios com os clubes desportivos e as associações recreativas e culturais do Concelho, apesar da suspensão de algumas das suas actividades devido à pandemia;
- Encerramento das Piscinas Municipais Descobertas, dando-se por terminada a época balnear 2020, que este ano contou com um total de 3048 utilizadores. As Piscinas funcionaram sempre acordo com as orientações da DGS e legislação em vigor, implementando-se medidas de boas práticas e de higiene de modo a diminuir do risco de disseminação do COVID-19, não se registando qualquer ocorrência.
- Participação na Semana Europeia do Desporto, no Projeto do IPDJ BeActive, que decorreu de 23 a 30 de setembro, uma iniciativa da Comissão Europeia do Desporto com diversas actividades, tais como aulas de Fitness online (NelasFit); actividades lúdicas e desportivas nas escolas do 1.º ciclo (EscolaFit) e sessões de ginástica laboral online e presencial, dirigidas aos trabalhadores da autarquia (PausaFit).
- Lançamento do programa de actividades online “NELASFIT”, com o objetivo de promover actividades físicas/desportivas diversificadas para os munícipes, a desenvolver nas escolas, no trabalho e na comunidade em geral, promovendo paralelamente espaços de lazer do nosso concelho. As actividades são: “SejaFit”, com sessões de Fitness; “EscolaFit”, com sessões de actividades/jogos lúdicos a desenvolver nos Jardins de Infância e “PausaFit”, com sessões de ginástica laboral. Todas as propostas são divulgadas na página do facebook dos Serviços de Desporto e foram editados 13 vídeos até 30 de novembro.
- Início do projeto “Crianças em Movimento...”, com a assinatura dos protocolos com os agrupamentos a 21 de outubro, direccionado aos jardins de infância do concelho, adaptado à nova realidade da situação pandémica, em concordância com as regras impostas pela DGS para a prática desportiva nas escolas, sendo constituído apenas pelo bloco de Expressão Lúdico Motora e com uma aula presencial por mês e as restantes via online.
- Abertura das instalações desportivas municipais, designadamente, o Estádio e o Pavilhão municipais, de modo a permitir a prática de actividade física e desportiva, em contexto treino e competição, garantindo que tais actividades decorrem sempre de acordo com as orientações da DGS e legislação em vigor, tendo sido adotadas e implementadas medidas de boas práticas e de higienização para a diminuição do risco de disseminação do COVID-19.
- Continuação da implementação dos Percursos Pedestres, designadamente, com a construção de uma ponte em Senhorim, com a realização de vistorias de todos os Percursos Pedestres e divulgação dos mesmos com folheto elaborado para esse efeito;
- Comemoração dos 112 anos da região demarcada do Dão;
- Organização e colaboração na realização da Feira de Antiguidades e Velharias no exterior do Posto de Turismo, mensalmente;
- Participação e divulgação da actividade “BeActive” da Semana Europeia do Desporto, com acção de plogging (recolha de lixo durante a prática desportiva);



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

- Organização e colaboração na realização da Mostra de Antiguidades e Velharias, no parque de merendas junto à ponte das Caldas da Felgueira;
- Comemoração das Jornadas Europeias do Património e do Dia Mundial do Turismo;
- Limpeza e valorização do conjunto patrimonial existente na Avenida Viscondessa de Taveiro em Santar, designadamente, o pórtico de entrada na Quinta do Casal Bom;
- Lançamento de notícias na página do Posto de Turismo “Turismo In Nelas”;
- Convite a todos os produtores a inscreverem os seus vinhos no Concurso Cidades do Vinho / Portugal Wine City Challenge;
- Convite a todos os produtores a participarem no Concurso Europeu Città del Vino 2021;
- Colaboração na comemoração dos 75 anos da Organização das Nações Unidas, através de uma iniciativa que consistiu na iluminação de cor azul do edifício dos Paços do Concelho;
- Participação na Ação de Formação “Turismo Inclusivo: Oportunidades e Desafios”, realizada na Casa da Cultura de Sátão;
- Comemoração do Dia Mundial do Enoturismo, designadamente, com a criação de todo o Suporte Digital e Material, comunicação contínua via email e telefone com os produtores de vinho, criação e distribuição do folheto “O Melhor do Enoturismo É no Concelho de Nelas”, e entrega dos prémios do Concurso de Vinhos Engenheiro Alberto Vilhena;
- Contacto constante com os agentes económicos do Concelho, bem como a monitorização da aba “visitar”, no website do Município de Nelas, de modo a detetar erros e falhas e a corrigi-las, em consonância com o gabinete de Comunicação Social;
- Presença em variadas acções de formação online “webinars”, por parte de todos os colaboradores do Posto de Turismo;
- Distribuição dos Manuais de Inglês aos alunos do 1º e 2º ano do 1º Ciclo;
- Apetrechamento de mobiliário escolar e equipamento informático de 7 salas nas Escolas da Feira e do Fojo;
- Distribuição de 360 mesas individuais pelos agrupamentos de escolas do concelho, no âmbito das medidas necessárias para prevenir o Covid-19;
- Elaboração de vídeos temáticos e informativos para publicação na página do Facebook do SEC;
- Realização de sessões de esclarecimento online para pais e encarregados de educação no âmbito do Programa da Promoção do Sucesso Educativo e Prevenção do Abandono Escolar;
- Elaboração de nova candidatura ao Programa da Promoção do Sucesso Educativo e Prevenção do Abandono Escolar;
- Presença do Laboratório das Ciências, nos Agrupamentos de Escolas de Nelas e de Canas de Senhorim;
- Distribuição de vales aos alunos do escalão A e B, do Pré-escolar ao Secundário, dos Agrupamentos de Escolas do Concelho;
- Início das Atividades de Enriquecimento Curricular;
- Início do Projeto “Música Maestro” no ensino Pré-escolar;
- Reabertura das Atividades da Escola de Musica;
- Início do Programa Regime da Fruta Escolar e Fruticool, que confere uma peça de fruta aos alunos do pré-escolar e 1º ciclo diariamente;
- Distribuição de Material de Desinfeção e EPI’S por todos os estabelecimentos de educação do pré-escolar e 1º ciclo;
- Aquisição de equipamento de cozinha para o Centro escolar e outros refeitórios;



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

- A Biblioteca Municipal nas Redes Sociais - Manutenção de página de facebook da Biblioteca com os seguintes conteúdos – “Óscar sugere...” histórias e pequenos contos (gravação áudio e/ou vídeo), poemas, sugestões de leitura, novidades da biblioteca, destaque de autores, dicas sobre a leitura e sobre livros, dicas para as famílias, sugestões de cultura;
- Leituras 100 Idade - empréstimo ao domicílio de livros;
- US fora de portas - empréstimo ao domicílio de livros aos alunos da Universidade Sénior;
- Registo e catalogação do fundo documental da BMN e Bibliotecas escolares;
- Continuação da inventariação de todo o fundo documental (cerca de 53000 documentos).
- Serviço de referência on-line: alguém que necessite de informação específica sobre determinado assunto, nós procedemos à pesquisa e enviamos por mail a digitalização da informação encontrada, não tendo de se deslocar às instalações;
- A Biblioteca Municipal António Lobo Antunes recebeu no passado mês de julho, depois de cumpridos todos os requisitos exigidos, o selo "Clean & Safe". Criado e atribuído pelo Turismo de Portugal, visa reconhecer as atividades e os equipamentos turísticos e culturais que assumam o compromisso de cumprir as recomendações emitidas pela Autoridade Turística Nacional, em articulação com as orientações da Direção-Geral de Saúde, para reduzir riscos de contaminação dos seus espaços com o SARS-CoV-2 (novo Coronavírus).
- C) Informação sobre desenvolvimento social, emprego e saúde:
Nomeadamente:
 - Continuação da actividade do Contrato Local de Desenvolvimento Social de 4ª geração (CLDS-4G) – Nelas 4You – Programa de intervenção social com a duração de 3 anos, uma parceria entre a Câmara Municipal e o Centro Paroquial de Nelas, num investimento de 533 741, 90€. O Programa CLDS-4G “Nelas 4You é um instrumento de combate à exclusão social e tem como finalidade promover a inclusão social de grupos populacionais mais frágeis, através de uma intervenção de proximidade, com ações integradas de diversos agentes e recursos localmente disponíveis;
 - Celebração de contrato de emprego inserção com 14 Assistentes Operacionais desde setembro/2020, para reforça na área da Educação / Desinfeção / Limpeza / Triagem na Receção (no âmbito das medidas excecionais adotadas por causa da pandemia);
 - Celebração de contrato de emprego inserção com 2 Assistentes Operacionais para apoio nos Serviços Externos;
 - Celebração de uma prestação de serviços na área da Educação Social;
 - Mobilidade na categoria de 1 Técnico Superior para o Município de Nelas para apoio na área da Educação;
 - Abertura de procedimento concursal para contrato de trabalho a termo certo de 6 Assistentes Operacionais para os Serviços Externos;
 - Atendimento de carácter informativo e 5 entidades, no âmbito dos Regulamentos de Incentivos ao Empreendedorismo do Município de Nelas, bem como outras medidas de apoio, nomeadamente +COESO Emprego;
 - Atendimentos de carácter informativo a 7 empreendedores/entidades, no âmbito do apoio técnico à criação e consolidação de projetos e ideias de negócio, nomeadamente informação sobre apoios à criação do próprio emprego e esclarecimento de dúvidas aos potenciais promotores;



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

- Foram rececionadas 6 ofertas de emprego, por entidades empregadoras do concelho de Nelas e concelhos limítrofes, compreendendo 10 postos de trabalho, para as quais foram encaminhados 111 candidatos a emprego;
- Atendimento de 496 candidatos que recorreram aos serviços do GIP com objectivo de inscrição para emprego, inscrição em formação profissional, obtenção de informações no âmbito de medidas de integração no mercado de trabalho (estágios profissionais, contratos de emprego inserção) e informação sobre ofertas de emprego;
- Realização de formação vida ativa, destinada ao público desempregado e com poucas competências digitais, na área de Literacia Digital, com a duração de 25 horas. Esta ação contou com a participação de 16 formandos, tendo o seu início a 28/09/2020.
- Realização de 4 atendimentos relativos aos seguintes assuntos: auxílio a análise de correspondência estrangeira, pedidos de pensão de viuvez, pedidos de abonos de família e solicitação de reformas antecipadas aos países de emigração;
- Iniciativas desenvolvidas no âmbito das medidas pandemia, covid-19

Ação / Iniciativa desenvolvida	Nº empresas/ pessoas	Elementos
Realização em articulação com o Serviço de Emprego de Viseu de inscrições, apoiando desempregados que pretenderam fazer a sua inscrição, evitando deslocações a Viseu e na maioria das vezes ausência de resposta informativa por parte do IEFP	93 utentes	
Realização de sessões coletivas de apoio aos desempregados, em articulação com o IEFP, em maior numero (reduzindo o n.º de candidatos convocados para casa sessão) respeitando as indicações de segurança	12 sessões	
Elaboração de notícias com informação destinados aos empresários e entidades com medidas de apoio, consideradas pertinentes no âmbito da pandemia, prestando informações e esclarecimentos às entidades sobre essas medidas	3 notas	

- Continuação da realização de algumas das actividades da Universidade Sénior nos domicílios dos alunos. Na terceira fase de desconfinamento, duas equipas da Universidade Sénior deslocaram-se a casa dos alunos para lhes “levar” actividades das áreas da música, rádio, atividade física, trabalhos manuais, expressão dramática e apoio psicológico. Foi feito um trabalho mais temático, para lembrar os momentos festivos que não foram festejados devido à pandemia, para continuar a levar algum alento e animação aos alunos;
- Manutenção, mantido o contacto próximo dos alunos, levando actividades que podem desenvolver em casa (passatempos, palavras cruzadas, trabalhos manuais etc);
- Acompanhamento via telefone dos alunos da Universidade Sénior, com a finalidade de perceber se há dificuldades no seu dia-a-dia devido à pandemia;
- Colaboração da Universidade Sénior esteve também no apoio ao serviço social, na distribuição dos cabazes agrícolas, resultante do Mercadinho;
- Cooperação com o Centro Hospitalar Tondela-Viseu na distribuição de medicamentos a doentes de risco, sempre que solicitado;
- Resposta aos pedidos de compras de produtos alimentares e farmacêuticos, assuntos nos correios, entre outros, a munícipes que o solicitam;
- Celebração de protocolo entre o Município de Nelas e Associação Dignidade (19 de outubro de 2020) - Programa Vacinação SNS Local: n.º estimado de beneficiários – 600,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

distribuídos pelas 6 farmácias do Concelho – até dia 30 foram beneficiários 412 munícipes;

- Loja Solidária – 13 famílias beneficiárias, tendo sido doados produtos de higiene pessoal e vestuário;
- Entrega às instituições de apoio a crianças e jovens da Confraria de Santo António, de Viseu, e ao Internato Viseense de Santa Terezinha de produtos de higiene pessoal, recolhidos no âmbito da ação solidária de recolha particularmente realizada na época natalícia e de fim de ano de 2019;
- Realização de reunião do Conselho Local de Ação Social de Nelas realizada no dia 10 de novembro, para aprovação das candidaturas ao Pares 3.0 das instituições: Centro Paroquial de Vilar Seco, Centro Social e Paroquial de Canas de Senhorim, Centro Social e Paroquial de Carvalho Redondo, Associação do Folhadal – Centro Social, Cultural e Recreativo.
- Instrução e deferimento de 18 processos de incentivo à natalidade, perfazendo um total de 65 agregados familiares que requereram este apoio, desde o início deste ano;
- Mercadinho de Produtos Agrícolas (Solidário) – Desde o dia 1 de setembro até 30 de novembro foram apoiados semanalmente com produtos agrícolas 146 agregados familiares que correspondem a 438 indivíduos;
- Fundo Especial de emergência Social – Desde o passado mês de junho iniciou – se a entrega mensal de cabazes com bens alimentares provenientes de 2 estabelecimentos comerciais do concelho a 34 agregados familiares correspondendo a 101 indivíduos que apresentaram junto do Serviço situações de carência económica, decorrente do atual momento que se vive;
- Colaboração com a Empresa Vale Consultores na elaboração do Relatório Preliminar da Estratégia Local de Habitação do Município de Nelas, já na fase da apresentação do relatório final.

D) Informação do Gabinete de Tecnologias de Informação e Comunicação:

Nomeadamente:

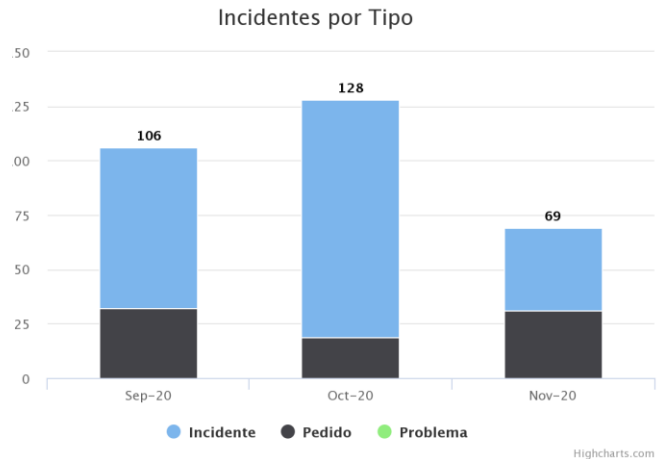
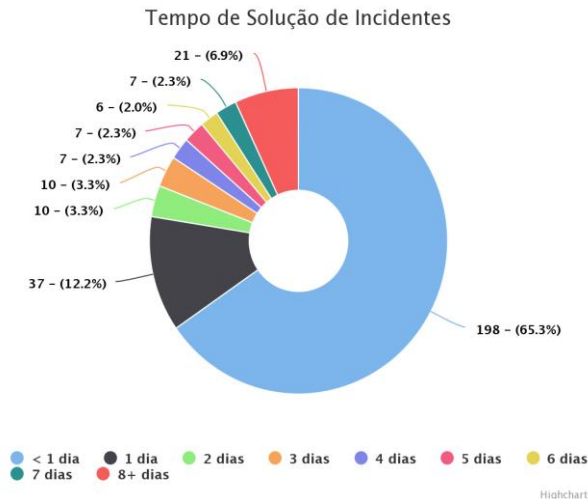
- Implementação e configuração da rede wifi nas seguintes localizações:
 - Câmara Municipal;
 - Biblioteca Municipal;
 - Edifício Multiusos;
 - Escola de Música;
 - Universidade Sénior;
 - Posto de Turismo.
- Gestão de Backups;
- Configuração de acessos remotos para os colaboradores em teletrabalho;
- Atualização de aplicações do ERP Airc;
- Atualização de softwares nos servidores;
- Suporte aos utilizadores da rede informática do município de nelas e escolas;
- Filmagens e Fotografias aéreas (Drone);
- Formatação, atualização e manutenção preventiva de equipamentos informáticos;
- Gestão dos servidores, ativos de rede e todo o parque informático;
- Resolução de 303 tickets;



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

Incidentes: 303

Período: 01-09-2020 a 30-11-2020



- Impressão de cartazes, divulgação e elaboração de notícias de vários eventos, para publicação nas redes sociais e “site” da Autarquia;
- Cobertura fotográfica de vários eventos;
- Elaboração de cartazes solicitados por diversas associações e relativos a diversas actividades;
- E) Informação sobre finanças e património municipal:
 - Dados relativos ao último mês encerrado, ou seja, 30 de novembro de 2020:
 - a) A dívida de médio e longo prazo foi de 10.396.127,54€;
 - b) A dívida orçamental de curto prazo, a fornecedores e outros credores, foi de 2.387.196,65€.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- A informação foi enviada a todos, assim como os restantes documentos, antes desta sessão. Eu perguntava se alguém se quer pronunciar sobre esta Informação. Se querem algum esclarecimento adicional, para pedir ao Senhor Presidente. Se não, considero informado. Senhor Presidente, quer dizer alguma coisa mais? Também não. Obrigado.

Passamos, então, ao ponto 2.2 – Propostas de Orçamento Municipal e das Grandes Opções do Plano para o ano de 2021. Quem quer usar a palavra neste ponto? Senhor Deputado Manuel Henriques. Senhor Deputado Rui Costa. Eu agradecia que quem se quisesse inscrever se se inscrevesse agora, para não estarmos depois sempre a interromper. Fazem a intervenção que têm a fazer. Senhor Deputado Manuel Henriques, faça favor. Não use mais de 10 minutos, está bem? Obrigado.

O Senhor Deputado Manuel Henriques:

- Senhor Presidente da Assembleia,
Senhor Presidente da Câmara,
Senhores Vereadores,
Colegas Deputados,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

Público.

Relativamente ao Orçamento e Grandes Opções do Plano que nos são apresentados, a única coisa que podemos dizer é que são coerentes com aquilo que tem sido os últimos anos da gestão do Dr. Borges da Silva e do Partido Socialista.

Temos assistido a um baixo nível de execução daquilo que tem sido apresentado aqui ano após ano, circunstâncias que o Senhor Presidente, obviamente, vai justificando aqui, mas que, recorrentemente, não se alteram. Temos um peso crescente da dívida bancária nas Contas do Município. Os investimentos do Município estão pendurados, exatamente, nisso. Temos uma dívida contratada que já vai perto de 15 milhões de euros.

Temos uma situação, de facto, que, se é gerível no próximo ano pelo Senhor Presidente e é gerível, até por causa do período de carência de alguns empréstimos, preocupa, sobretudo, os próximos anos. Eu não tenho a mínima dúvida que o Município vai honrar os compromissos no próximo ano, mantendo a baixa taxa de execução, embora, acelerando, porque é um período eleitoral. Mas, no essencial, a crítica que temos vindo a fazer nos últimos 3 anos mantém-se.

É um Orçamento que contradiz o essencial daquilo que foi o projeto político do Partido Socialista em 2013 de levantar as Contas do Município e torná-las sustentáveis. Eu sei que o Senhor Presidente não concorda com isto que estamos a dizer, mas, efetivamente, esta é a nota essencial.

Neste contexto, o nosso voto só pode ser contra, não por causa do próximo ano em si, mas, sobretudo, pelo próprio sinal que estamos a dar para os mandatos seguintes. Preocupa-me, bastante, preocupa-me, bastante, o que aí vem. Mas, certamente, estarei a ser pessimista e o Senhor Presidente, com toda a certeza, me irá contraditar dentro de alguns minutos.

Muito obrigado.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito obrigado, Senhor Deputado. Senhor Deputado Rui Costa, faça favor.

O Senhor Deputado Rui Costa:

- Sobre o Orçamento, orçamento que, ao fim e ao cabo, deveria ser a cartilha de todos os Municípios. Cartilha essa que ao fim e ao cabo não é respeitada. Faz-se, modifica-se, retifica-se, como é óbvio, às vezes também tem que ser rectificadora, mas, se calhar, as retificações que têm sido feitas têm sido muitas.

Até podíamos dizer que este último ano, é pá, é época de pandemia, situação adversa, que não estava estabelecida. Podíamos aceitar. Mas, realmente, foram os outros 6 anos anteriores lanacaprina deste Executivo. Até pensei que este ano, que a pandemia ensinasse alguma coisa a este Executivo. E dissesse assim: É pá, realmente, fizemos as coisas incorretamente durante estes últimos anos, e vamos rectificar. Mas não.

Como é óbvio, como nós entendemos 2021 para esta Autarquia e para todas as outras do País, época de eleições, há que dar aqui um empurrão para até sermos eleitos mais um ano, mais 4 anos, quer dizer. Realmente, foi o Senhor Presidente que também, a partir daí, vai ter que fazer interregno, como é óbvio. Se o ganhar.

Então, passamos, fazemos assim: situação de Orçamento para 2021, cerca de 15 milhões de euros, inicialmente, até na primeira reunião de Câmara, que se reuniam para tentar chegar a algum acordo, 15 milhões de euros. Passado 7 dias, passa para 23 milhões de euros. Ou seja, 8 milhões de euros a mais. Mais 65%.

Meus Senhores, eu só pergunto e só tenho esta pergunta ao Senhor Presidente da Câmara: Para ter um Orçamento de mais 8 milhões de euros daquilo que previa inicialmente, vai ter que os ir buscar a algum lado. Então, eu já não lhe pergunto como é que o Senhor os vai gastar. Eu



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

pergunto-lhe e que diga à Assembleia e que fique registado: de onde é que o Senhor vai buscar mais 8 milhões de euros, daquilo que previa, inicialmente?

Isso é que é o fundamental, meus Senhores. Ou já lhe telefonaram do Governo a dizer assim: É pá, temos aqui algo para lhe dar, 8 milhões de euros, para fazer isto e aquilo? Diga-nos. Onde é que vai buscar estes 8 milhões de euros.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito obrigado, Senhor Deputado. Uma vez que não está mais ninguém inscrito, Senhor Presidente, se quiser responder às questões, faça favor.

O Senhor Presidente da Câmara:

-Naturalmente que a exposição do Orçamento tem lá o essencial e acho que a Assembleia merece umas palavras do Presidente de Câmara e do Executivo relativamente às opções fundamentais do Orçamento e também em função das perguntas que foram feitas.

Do lado da receita, o que há a realçar no essencial. O Eng.º Rui Costa referiu que havia um Orçamento de 15 milhões de euros e que passou para 22 milhões de euros. Nunca houve. O que houve foi uma consulta aos Partidos. E para a elaboração deste Orçamento houve um contacto com os Partidos Políticos e com as Juntas de Freguesia.

E digo-lhe, considero isso, do ponto de vista do convívio democrático, pouco são que se utilize como argumento político para discutir um orçamento, o conjunto de conversações que se teve acerca de um orçamento final, as negociações intercalares. Isso é um argumento de alguém que não sabe ter negociações intercalares, porque o que é negociado de forma intercalar não deve ser depois utilizado no final, quando surge a versão final do orçamento. É de alguém que não respeita o que é uma negociação. Não sabe negociar. E, portanto, não respeita a negociação. Deve-se pronunciar depois sobre a versão final do orçamento na próxima vez.

O que aconteceu é que esse interlocutor do PSD entrou mudo e saiu calado, foi ouvindo, particularmente tudo aquilo que a Câmara tinha para dizer e agora veio dizer o que é que a Câmara tinha para dizer. E, pronto, é isso. E acho que isso não é correto do ponto de vista democrático. Não é correto do ponto de vista democrático usar esse argumento.

Depois, o que há a realçar é que eu até lhe podia dizer já onde é que a Câmara vai buscar os 8 milhões de euros. Mas, leia as GOP,s porque nas Grandes Opções do Plano está lá escrito onde é. Olhe, 2,3 milhões de euros são empréstimos que já estão contratados e ainda não foram utilizados. Já foram contratados. Já foram contratados aqui nesta Assembleia.

Dr. Manuel Henriques: é verdade que a Assembleia, está no Mapa de Endividamento, já autorizou a Câmara a contratar 15 milhões de euros. Mas, vou-lhe dizer uma coisa: 8 milhões de euros dos que lá estão, já vinham detrás. Não fui eu que os contratei. Eu renegocieei esse empréstimo em 2018. Portanto, não me atribua 15 milhões de euros a mim. Faça-me essa justiça, para sermos sérios.

E, portanto, e o que está em dívida no Mapa de Endividamento, se todos os empréstimos forem utilizados, eu sei o Mapa de cor, se todos os empréstimos forem utilizados, no final de 2021 a Câmara deverá 11 milhões de euros. Portanto, não deve 15 milhões de euros. Deverá, a médio e longo prazo, 11 milhões de euros. Não deve 15 milhões de euros. Vamos ser verdadeiros. É ver o Mapa de Endividamento que está aqui. E, portanto, 8 milhões de euros do que aqui está, foi dívida que a Câmara teve que contrair em 2012 para reestruturação financeira da Câmara, que eu não tenho nada a ver com isso.

Portanto, é ir ver aos projetos que estão aprovados. Olhe, um deles vai à próxima reunião de Câmara o lançamento, finalmente, da Área de Acolhimento Empresarial, que são 3,5 milhões de euros em 2 lotes. O PARU, que é a obra do Mercado e aqui da Av.ª João XXIII, que é 1,1



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

milhões de euros FEDER, mais os 15%, que há-de dar à volta de 1.300.000,00 euros vão, também já assinei as informações para serem lançados os procedimentos, não há necessidade de irem a reunião de Câmara porque têm um valor inferior a 750.000,00 euros cada obra, também estão para execução. O Projeto CAVES já foi lançado, está na plataforma. Já recebi, aprovado, o Termo de Aceitação da construção da Ciclovía entre a rotunda do Lidl, a rotunda da Vinha e quase a Mata das Alminhas, 750.000,00 euros, também já recebi o Termo de Aceitação para ser executado. E já tenho a garantia, que ainda não está nas GOP,s, de que as duas Escolas Secundárias vão ser requalificadas numa execução de mais de 5 milhões de euros. Já tenho a garantia. Está a ver?

Além do mais, estão a decorrer obras, como o Reservatório de Nelas, que é um investimento de 1.700.000,00 euros, que ainda está a decorrer a obra. Está a decorrer a ETAR de Canas de Senhorim, que está com uma baixa execução e que é uma obra de 500.000,00 euros. Além de uma série de outras obras a que a Câmara se candidatou e tem a garantia de aprovação também do Plano de Ação de Mobilidade Urbana Sustentável, como a Requalificação do Centro Urbano de Santar, a Requalificação de uma Rede Ciclável em Canas de Senhorim, nas Caldas da Felgueira e também uma Rede Ciclável em Nelas. E, além de todas as outras obras que estão lançadas, como continuarmos a avançar com a Requalificação, em Vila Ruiva, no Centro Comunitário, estão lá 100.000,00 euros. Estão 100.000,00 euros no cemitério de Canas de Senhorim. Estão 70.000,00 euros no cemitério do Folhadal. Estão 90.000,00 euros no cemitério do Senhorim. Estão 110.000,00 euros no Parque de Caravanismo. Estão 110.000,00 euros na Requalificação da Mata das Alminhas. Olhe, quase sei as GOP, s de cor. Estão lá essas obras todas.

E, isso implica que nós tenhamos a expectativa de receber estas obras, que são obras plurianuais, as maiores. E, do lado da receita tenho a expectativa de receber e de executar o máximo possível. E do lado da receita, a grande alteração que nós temos aqui no Orçamento e que também reafirmámos e é um compromisso eleitoral, é este: desde 2018 que a Câmara está a injetar na economia local, entre 600.000,00 euros a 800.000,00 euros por ano com a taxa mínima de IMI, de que está a prescindir e que causa grande dificuldade de tesouraria.

Desde 2014 que a Câmara não mexe no tarifário de água, saneamento e resíduos. Eu tenho aqui um estudo das Famílias numerosas, que saiu esta semana, aconselho-vos a procurar na Internet, o Município de Nelas é o 38.º Município do País que ao nível da equidade é o Município mais baixo, está em 38.º lugar, em termos nacionais na fatura da água, saneamento e resíduos porque desde 2014 que não aumenta a água, saneamento e resíduos. E, portanto, isto também é um benefício para a população, que se reflete também nas finanças em termos municipais. E, apesar disso, estamos a fazer esse grande esforço de investimento.

Outro grande, do ponto de vista da receita é que estamos a ser sensíveis do ponto de vista social ao pequeno comércio. Naturalmente que vai haver repercussões em termos de volume de negócios nos micro, pequenos comerciantes. E, portanto, se tiverem lucro será reinvestido e, a Câmara estima uma derrama, pedimos, na taxa de derrama, o valor, este ano, atingiu, felizmente e tem vindo a crescer sucessivamente tendo atingido já uma execução orçamental em termos de 1,5% de lucro das empresas, ultrapassou o valor de 500.000,00 euros e que representa 25.000,00 euros, números redondos, nas empresas que faturam até 150.000,00 euros, a sujeitos passivos que faturam até 150.000,00 euros.

E, portanto, achamos que, num período tão difícil como 2020, que vai ter reflexos no pagamento de IRC em 2021, que a Câmara pode, perfeitamente, suportar. Não serão 25.000,00 euros. Será um valor inferior porque também ninguém terá tanto lucro porque a atividade económica esteve, praticamente, parada durante o ano de 2020. E, portanto, achamos que devemos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

dar esse sinal também de apoio à economia e propomos essa isenção, também está refletida no Orçamento, de isenção de derrama para sujeitos passivos com volume de negócios até 150.000,00 euros.

E, além disso, uma proposta que o PSD tem feito sucessivamente, mas fora do contexto COVID-19 e que eu, com essa não tenho simpatizado, porque acho que há um mínimo de existência e já está prevista na Lei do Orçamento, que são nove mil e tal euros, até esse valor ninguém paga IRS, o que leva a que, a nível nacional, 50% das pessoas que trabalham não pagam IRS, porque até nove mil duzentos e tal euros de rendimento, qualquer pessoa, ou agregado familiar, não paga IRS, está isento de IRS, pessoa no ativo, ou reformado. E, portanto, toda a receita, por isso é que eu estou a dizer, por ter água barata, por ter o IMI mínimo e por ter uma estrutura de despesa corrente elevada, porque a Câmara de Nelas presta um excelente serviço em todos os setores de atividade.

E, pela primeira vez a Câmara, que eu me recorde, pela primeira vez a Câmara, dos 5% do IRS de que pode dispor, vai prescindir a favor das Famílias, ou propõe-se, se a Assembleia assim deliberar, mas está expresso no Orçamento, vai prescindir de 20% daquilo de que pode dispor, que é 5% da verba de IRS que recebe do Orçamento do Estado, que, em números redondos, representa 90.000,00 euros, que terá já uma dedução à coleta no ano de 2021. E, portanto, do ponto de vista da receita damos esse sinal também, com o qual o PSD tanto clamou. E, também acho que é uma medida importante numa altura de dificuldade em termos sociais e é um sinal também que se dá de atratividade do território, de carinho pelas famílias e é uma medida, extremamente, importante.

Do lado da despesa, a ótica é sempre fazer aquilo que é, absolutamente, essencial. É continuar no Ciclo Urbano da Água, concluir o processo das ETAR,s e fazer mais ETAR,s. E, portanto, há algumas que ainda não funcionam e estão lá dotadas com meios financeiros. É preciso intervir na ETAR do Pisão. Intervir em matéria de meio ambiente como nos cemitérios. É preciso realizar, porque também está para aprovação e é mais um investimento de 1.700.000,00 euros, o reaproveitamento da água da ETAR de Nelas III. E se isso acontecer, só no verão é que há um consumo de cerca de 4.000 m³ de água no Concelho porque o consumo normal de água no Concelho de Nelas não chega a 3.000 m³.

Ora, a ETAR de Nelas III vai debitar 1.800 m³ de água, diários, 90% deste valor pode ser reutilizado, ou para a indústria, para a Zona Industrial do Chão do Pisco e para a Zona Industrial I, de Nelas. E, nós candidatámos e a APA está a dar todo o apoio a que seja reutilizada essa água. O que significa que nós vamos ficar com uma fonte de 50% das nossas necessidades de água para uso industrial, o que é, extremamente, importante.

E, portanto, do ponto de vista da despesa é realizar aquilo que é, absolutamente, essencial. Manter a qualidade dos Serviços da Câmara, que eu acho que ninguém põe em causa que são excelentes, que são, ao nível dos Municípios, dos melhores serviços que existem em todos os pontos de vista, do ponto de vista desportivo, do ponto de vista social, do ponto de vista da Loja do Cidadão, de todos os pontos de vista, de apoio aos empresários e nota-se nos resultados dos empresários. Ainda agora saiu a Estatística das 750 maiores empresas e onde é que elas estão instaladas. E, portanto, é um orgulho ver que em Nelas, Tondela e Mangualde, damos uma abada no Distrito de Viseu em termos de instalação, volumes de negócio, postos de trabalho criados e etc., na revista que saiu no Diário de Viseu. Não é mérito deste Presidente da Câmara, nem desta Câmara, é mérito de todas as Câmaras e de toda a estratégia industrial do Concelho de Nelas há décadas e até há já mais de século e meio.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

E, portanto, é gastar o dinheiro naquilo que é sempre, absolutamente, essencial. Ninguém me vê e não veem nas GOP,s, nas Grandes Opções do Plano, que é onde estão todos os projetos, nenhuma obra sumptuária. Ninguém lá vê. São capazes de ver, nos próximos 2, ou 3 meses, a construção de uma rotunda. Mas não é sumptuária. Que é capaz de ser a rotunda do Mathias, que é para regular o trânsito no acesso à Avenida António Joaquim Henriques, Rua Serra da Estrela, Escola Secundária de Nelas, em que o muro já está a ficar adaptado à construção dessa rotunda.

O resto há-de ser necessidades, acessos a habitações que ainda estão em terra batida, no que for necessário, porque também é um compromisso eleitoral porque há muita gente a viver, há décadas, com acessibilidades a habitações difíceis. E, depois, também o apoio às IPSS,s, agora no PARES 3.0, em que a Câmara assumiu muitos compromissos, em que vamos pôr todo o empenhamento aqui em que o Lar, Centro de Dia e Apoio Domiciliário de Carvalhal Redondo, do Folhadal, de Vilar Seco, de Canas de Senhorim, de Senhorim, tenham todo o apoio. Se não for todos no PARES 3.0, que seja no Plano de Recuperação e Resiliência, no PRR, na chamada bazuca, que já foi desbloqueada em termos europeus e que temos que estar preparados e, como veem, também o Orçamento já está preparado com rubricas para isso tudo.

Eu tenho o compromisso, Rui Costa, por parte da Senhora Professora Ana Abrunhosa, que é Ministra da Coesão, de 1,5 milhões de euros para requalificar a Variante, compromisso pessoal. E eu sei que ela vai honrar esse compromisso. E também está aí uma rubrica inscrita de que o Centro de Estudos Vitivinícolas do Dão vai entrar no Plano de Inovação do Ministério da Agricultura. Estiveram cá dois Ministros e três Secretários de Estado a apresentar o Plano. Também está no Plano de Recuperação e Resiliência, também estão lá, acho que 300 milhões de euros, ou 400 milhões de euros para esse Plano de Inovação. E sei que é vontade do Governo também fazer investimento nessa área e também está preparado no Orçamento para esse sentido.

É assim: eu também desejo que seja executado. Do ponto de vista da receita corrente, vai ser tudo executado porque é sempre mais de 85%, 90%. E desejo que seja executado o máximo da receita de capital em despesa de capital. É como uma fábrica. É como uma unidade produtiva. Quanto mais obras houver em andamento, mais produção, mais volume de negócios houver, mais dívida de curto prazo existe também porque mais compras se fazem. Mais endividamentos se fazem. Uma dívida de curto prazo não significa nada.

Quem vir um bicho-de-sete-cabeças numa dívida de curto prazo não percebe nada do que é gerir uma Organização. Uma dívida de curto prazo de 20 milhões de euros, ou 30 milhões de euros, não significa nada para quem fature 200 milhões de euros, ou 300 milhões de euros. Isso não significa nada. Só significa que teve que comprar mais para produzir mais, para investir mais. O que é importante é que, para todos, que venha o dinheiro para suprir necessidades, absolutamente essenciais do Concelho. E todas as que vêm lançadas são, todos têm que reconhecer que são, absolutamente, essenciais.

Eu tenho aqui contas feitas que, sem os excecionados, porque todos os empréstimos que sejam para financiar investimentos de Fundos Europeus Estruturais e de Investimento, são excecionados do endividamento. Mas há uma regra que é a regra do equilíbrio orçamental. Portanto, a receita corrente tem que pagar a despesa corrente e a média dos empréstimos de médio e longo prazo. Eu sei que há essa regra. Mas, se fizer a conta do que conta para o endividamento há quase 6 milhões de euros de margem de endividamento que, no final de 2021, a Câmara de Nelas tem.

Eu, ou o próximo Presidente de Câmara, tem uma margem de 6 milhões de euros para endividar a Câmara. Porquê? Porque todos os anos e é um aspeto que V. Ex.^a não ignora, este ano que vai entrar nós vamos amortizar no empréstimo de médio e longo prazo em 700.000,00 euros.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

Portanto, todos os anos estamos a amortizar empréstimo de médio e longo prazo. E, portanto, todos os anos vamos libertando capacidade de endividamento. Portanto, não estamos nessa fase de dizer que as contas não são sustentáveis. Venham os empréstimos.

E, digo, há outras necessidades, absolutamente, imperiosas a que temos que fazer face no Município. A Habitação Social e a Estratégia Local de Habitação vão implicar investimento por parte do Município porque há pessoas a viverem em situações, como o Rui Costa falou num caso de um sem-abrigo. Não há só um sem-abrigo no Concelho. Há 30, ou 40, ou 50 famílias sem-abrigo a viver no Concelho. Não há só uma, nem uma pessoa. Há 30, ou 40 famílias sem-abrigo a viver no Concelho em barracas, que é uma vergonha num Concelho tão desenvolvido. Portanto, temos que acabar com isso. E para isso é preciso fazer investimento. Também está prevista a Habitação Social lá e já estamos a negociar isto com o IRU.

Portanto, fazer o que é, absolutamente, essencial. E, eu, sou otimista no sentido de que conseguirei fazer, no máximo, a despesa de investimento. E era isto, Senhor Presidente.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito obrigado, Senhor Presidente. Maria João. Mais alguém? Senhora Deputada Maria João, faça favor. Agradecia-lhe que fosse breve. Três minutinhos, uma vez que não quis intervir antes.

A Senhora Deputada Maria João Ribeiro:

- Boa noite, Senhor Presidente da Assembleia,
Senhor Presidente da Câmara,
Senhoras Secretárias,
Caros Colegas,
e Estimado Público.

Gostaria de questionar, foi aqui dito pelo Senhor Presidente, em relação à Av.^a João XXIII, se calhar, sou eu que posso estar distraída, ou não ter visto, exatamente no que é que vai constar a obra da Av.^a João XXIII.

Ainda, também, da Zona Industrial, da Zona de Acolhimento, em que está, de facto, inscrita neste Orçamento, já aqui foi falado várias vezes, tem sido, sistematicamente, inclusivamente, adiada. Se podia explicar, exatamente, no que é que vai essa obra, até porque, enfim, temos vivido um ano bastante atípico em que, inclusivamente, a gestão industrial empresarial, de certeza, vai ter algumas variações, inclusivamente, de reuniões, de formas de estar, de formas de gerir, algo vai mudar em consequência desta pandemia.

E perceber se o projeto que, efetivamente, foi propalado há 4 anos e para a qual, portanto, vão também ser, ou já estão pedidos empréstimos, se há alguma alteração, se se vai manter, enfim, se está pensada a sua atuação e atualização, eventualmente, a uma nova realidade.

Em relação aqui ao Orçamento, em relação a este último Orçamento deste mandato, também dizemos que tem uma perspetiva bastante otimista. Já aqui foi transmitido e agora reforçado pelas palavras do Senhor Presidente. Está num alinhamento semelhante aos três anteriores deste mandato que, todavia, aqui já foi dito e reforço, ali pelo Deputado Dr. Manuel Henriques. Em termos de execução, ficaram todos muito aquém de contas que se desejariam bem mais positivas e com resultados de execução também demasiado baixos para o que foram as promessas eleitorais e, certamente, as expectativas dos Municípios.

As ETAR,s são, sem dúvida, todos concordaremos, as obras que marcarão este mandato. Mas, como sabemos e há muito, esperavam-se concluídas e a funcionar. Parece haver já algumas, mas o esperado era que já todas estivessem em funcionamento. Várias foram, inclusivamente, as sessões aqui desta Assembleia, em que este tema foi discutido, se questionou o término e várias



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

datas foram aqui avançadas, mas depois convertidas em prorrogações, seguidas de prorrogações, contribuindo assim para umas contas menos positivas.

Chegados ao último Orçamento deste mandato e aqui nos surgem obras de promessa de campanha que vêm sendo, sucessivamente, também adiadas. Algumas também já foram aqui repetidas e agora explanadas na sua exposição, pelo que se deixa neste Orçamento alguma relutância em relação àquilo que irá acontecer, que não duvidamos, com certeza, que terão o seu empenho.

Em relação à Zona Industrial, foi o que já transmiti. Gostaria, então, que houvesse uma explicação, de facto, do que é que se pretende fazer.

Entretanto, lamentamos que outros projetos se tenham arrastado e ainda tenham que surgir neste Orçamento, por exemplo uma rubrica que eu não posso deixar de falar, que falei aqui logo no início deste mandato e que, sim, sei que está em construção, mas continua a arrastar-se e que, de facto, é o Centro de Recolha dos Animais, que continua, enfim, ao cuidado do voluntariado e, pronto, numa situação destas de pandemia com maior força.

Enfim, estamos perante o último Orçamento de mandato, mais uma vez e com nada de substancialmente, novo. Já foram aqui faladas várias coisas mais de que uma vez, repetidas pelo Senhor Presidente, mas nada que, enfim, surpreendesse em resultado que fosse de bons desempenhos dos exercícios anteriores que, efetivamente, não aconteceu, que permitissem, por exemplo, o desenvolvimento da Felgueira, pelo seu valor turístico, numa área tão importante quanto a da Saúde e que, passados 4 anos, nada de diferente vai ficar, sendo que o turismo este ano está nas condições em que está, mas esperamos e, claro que estamos todos a considerar e esperamos que a vacina, rapidamente, ou tanto quanto possível, dê nova atividade ao turismo, de que todos tanto necessitamos.

Portanto, o slogan deste Executivo, em final de segundo mandato, Nelas Vive, francamente, ainda não é desta que se lhe dá realização. Certo que este ano em nada ajudou. Mas não será, por si só, uma causa, antes uma atenuante, para resultados esperados bem mais ambiciosos e para um nível substancial de endividamento a longo prazo.

Com um histórico pouco abonatório para confiança na boa execução, agravado por um ano cuja tónica é a incerteza e falo de 2021, que tanto pode haver mais a tão propalada bazuca que esperamos que venha a acontecer, mas é incerta e incertos também são os tempos e as consequências de toda esta pandemia, já para não falar, de certeza, vamos ter um primeiro semestre ainda de grave pandemia.

Portanto, no atual contexto da COVID-19 e consequências a nível mundial, a crescer um ano de eleições em que a tendência para o facilitismo é para todos familiar e não será só deste Executivo, sabemos e não somos inocentes, será de todos, a posição do PSD a de não aprovação do Orçamento e GOP,s para 2021.

No entanto, já aqui foi falado pelo Senhor Presidente em nome do PSD que queremos, desde já, agradecemos porque também aqui trazemos e nos congratulamos com a opção feita pelo Executivo no que diz respeito e que já bem explicou, em relação ao IRS, ao prescindir de parte da participação variável. E, claro, também, na derrama. Certamente, não é muito dinheiro para a Câmara, mas, dado o ano difícil que todos conhecemos para toda a gente, para uns mais do que outros com certeza, mas que será uma ajuda substancial, principalmente para os negócios até 150.000,00 euros.

Por fim, só queria deixar aqui uma nota em relação àquilo que tem sido o esforço deste Executivo na pandemia. Já aqui também foi dito e há várias opiniões, devo dizer, sobretudo, nesta



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

última, digamos, segunda vaga, me parece que tem havido um esforço adequado deste Executivo, que me parece que aquilo que também se acha que é bem, também é para se dizer.

Muito obrigada.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito obrigado, Senhora Deputada. Senhor Presidente, quer dizer alguma coisa?

O Senhor Presidente da Câmara:

- Portanto, Eng.^a Maria João, relativamente ao CRO, estamos a fazer um forcing no sentido que ele seja, creio que em fevereiro, março, concluído. Portanto, eu próprio assisti a uma reunião de todos os intervenientes no sentido de que em fevereiro, março porque foi pedido uma prorrogação de prazo, esteja a funcionar.

Na Av.^a João XXIII, a intervenção que vai ser feita é entre o Cineteatro e a rotunda da Igreja. Esta requalificação vai passar pela requalificação de toda a Avenida João XXIII, ao nível dos passeios, de alargamento dos passeios, de um lado e do outro do estacionamento. Não vai implicar corte de nenhuma das árvores, bem pelo contrário, vão ser plantadas novas árvores. A intervenção que foi feita agora em frente ao prédio da LarObra é uma outra intervenção porque o terreno abateu e provocou infiltrações no prédio. A Câmara teve que fazer ali uma intervenção de emergência que orçou os cerca de 20.000,00 euros porque havia infiltrações e, portanto, já foi também adequada à intervenção que se vai fazer.

Mas a intervenção da Av.^a João XXIII é de reabilitação de reordenamento de todo o estacionamento, de alargamento dos passeios para permitir uma maior pedonalização da Avenida. Ao nível dos pavimentos também, das águas pluviais e ao nível da iluminação. Portanto, vai ser a esse nível a intervenção na Avenida João XXIII. Transformá-la para as pessoas aquilo que já é para o trânsito, a principal Avenida de Nelas, de circulação e de mobilidade. E, portanto, o grosso da intervenção é nesse sentido.

A Área de Acolhimento Empresarial vai ter dois lotes: o lote poente e o lote nascente. É constituído, em termos de construção, de 31 novos lotes para indústria naquele terreno em frente à QBeiras, nesse terreno, para baixo, junto à fábrica da Endopure, junto a todos esses terrenos. E, depois, também na ligação que vem dar àquela ligação que dá para o Chão do Grou, esse é um novo arruamento que vem dar ao depósito novo, ao reservatório da água. Portanto, é um novo arruamento com ciclovia que vem dar a essa rotunda. É uma nova acessibilidade à Zona Industrial.

Passa também pela requalificação de todos os arruamentos. Não é a última rotunda junto ao campo de futebol quando se sai para Mangualde, é a penúltima rotunda. Portanto, sai daí um arruamento que vai passar em frente ao Chão do Grou e que vai dar ali ao arruamento interior da Zona Industrial. Implica, também, a requalificação de todos os arruamentos da Zona Industrial dessa parte poente. Construção de rotundas, incluindo junto da Cooperativa dos Olivicultores. Os arruamentos todos com infra-estruturas, passeios, implicando assim a requalificação da Zona Industrial e acessibilidades.

Fica já preparada essa parte para receber a ligação ao IC 12. Serão feitos também os novos arruamentos até à Faurécia, à parte lateral da Faurécia, Parque Valentim. Portanto, toda essa parte aí será requalificada, pavimentada, com passeios, com todas as redes eléctricas, saneamento, água, as infra-estruturas de telecomunicações. Tudo isso está previsto aqui em termos de intervenção e com construção de lotes de terreno.

E, depois, na parte nascente, para o lado de Senhorim, há também a mesma requalificação em termos de arruamentos e a construção de uma nova estrada entre a Mota Engil e a estrada que vai para a Cagunça. Portanto, um novo arruamento com lotes de um lado e de outro. É um novo arruamento com lotes de um lado e de outro, com a construção de, acho que desse lado, são 18



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

lotes. A requalificação dessa parte da Zona Industrial, passa também muito por pavimentos, por passeios, por rede de incêndios, de combate a incêndios, por toda essa infra-estruturação da Zona Industrial.

A adequação e a atualização resultaram agora porque também só tivemos a Declaração de Impacto Ambiental agora em outubro. E, portanto, a própria DIA e todas as Entidades que intervieram na Declaração de Impacto Ambiental, estamos a falar da REN, da RAN, da CCDR., todas as Entidades que intervêm no Plano Diretor Municipal intervêm numa Declaração de Impacto Ambiental. E, portanto, vai haver lagoas também de equalização dos recursos hídricos por causa da parte de maior alcatrão e passeios que se vão construir.

Há ali uma série de cuidados na Zona Industrial, que foi crescendo de forma um bocadinho ad hoc, à medida das necessidades porque é assim que ela tem crescido e que agora vai ser organizada no sentido de lhe dar essa funcionalidade e essa qualidade. E, portanto, é o que vai ser feito na Área de Acolhimento Empresarial.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito obrigado, Senhor Presidente.

A Senhora Deputada Maria João Ribeiro:

- Depois mandaremos declaração de voto.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Está bem. Ora, então, não está mais ninguém inscrito. Entretanto, chegou o Senhor Presidente da Junta de Carvalhal Redondo, somos 26 e não 25. Portanto pergunto, quem vota contra? Foram três votos contra do CDS, Bruno Pina, João Alfredo Ferreira e Manuel Henriques. Do PSD, foram todos, não foi? Os três. Não houve mais ninguém. Quem se abstém? Três abstenções, do PS, Fernando Garcia, António Sousa e Maia Rodrigues e do MCCD, um, Teresa Pinto. Estamos 26, 16 votos a favor, que são os restantes presentes.

Então, recapitulando, o ponto 2.2, posto à aprovação, foi aprovado com 16 votos a favor, 6 votos contra e 4 abstenções. Minuta, faz favor.

A Senhora Primeira Secretária:

MINUTA DA ATA

O ponto 2.2 – Propostas de Orçamento Municipal e das Grandes Opções do Plano para o ano de 2021 – Aprovação, foi posto à discussão, tendo sido aprovado com 16 votos a favor, 6 votos contra e 4 abstenções.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Quem vota contra a minuta? Quem se abstém? Aprovada por unanimidade.

Senhor Deputado António Sousa, faça favor, vai fazer a declaração de voto. Portanto, o Senhor Deputado António Sousa vai fazê-la agora e a Senhora Deputada Maria João Ribeiro, depois. Mais ninguém? Não.

O Senhor Deputado António Sousa:

- Boa noite a todos.

“Declaração de Voto relativa ao Ponto 2.2 da Assembleia Municipal de 18/12/2020”

Um orçamento é sempre uma previsão. Efectivamente só se consegue saber se um orçamento foi bom ou mau quando se analisa a sua execução.

Para se fazer uma análise minimamente séria do atual orçamento para 2021 tem que se comparar com a última execução orçamental conhecida, que é de 2019.

Normalmente debate-se o orçamento da despesa, principalmente da de capital (investimento) e respectivas obras incluídas.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

Mas este exercício só é totalmente válido após uma análise da receita pois só depois desta estabilizada é possível encaixar aquela, a despesa.

1. A execução da receita em 2019 teve uma taxa de execução satisfatória, com exceção das transferências de capital, designadamente os recebimentos relacionados com a participação comunitária em projetos co-financiados em que a taxa de execução foi só de 30,103 % (previstos 7,293 milhões de Euros e foram só recebidos 2,195 milhões de euros).

O orçamento de 2021 segue a mesma linha de orientação que foi verificada e executada em 2019. Excetuando a receita relacionada com projetos comunitários co-financiados e utilização de financiamento bancário (já contratado) as restantes rubricas das receitas estão em linha não se desviando substancialmente da execução orçamental de 2019.

Assim prevê-se a utilização de empréstimos bancários de 2,393 milhões de Euros e a obtenção de receitas com comparticipação comunitária de 7,769 milhões de euros. Se se mantiver o histórico da execução, esta rubrica irá ter uma execução abaixo do orçamentado em cerca de 5 milhões de euros.

Como o orçamento é equilibrado (a receita tem que ser igual à despesa), havendo défice na execução da receita prevista significa que haverá menor disponibilidade financeira para concretizar as despesas inscritas no orçamento (por exemplo o atraso na execução de obra tem que ver com a não possibilidade de concretizar pagamentos porque a receita tem défice de execução).

2. Quanto à despesa (e comparando com 2019):

O orçamento de despesa com aquisição de bens e serviços foi executado em 2019 por 3,620 milhões de euros tendo sido, no mesmo ano, orçamentados 4,587 milhões de euros sendo que os compromissos assumidos para orçamentos futuros foi de 2,125 milhões de euros, pelo que em 2019 já se tinham comprometido despesas para 2020 e seguintes por aquele montante.

Isto faz com que o orçamento da despesa de 2020 ficasse comprometido por aquele valor. O mesmo é expectável que aconteça em 2021 sobre os compromissos assumidos em 2020 para exercícios futuros. Por isso não parece espectável vir a executar o orçamento de 2021 para despesa de bens e serviços pelo montante de 3,906 milhões de euros porque em 2021 se continuará a assumir execução de despesa de 2020 como se tem verificado pelos anos anteriores (2019).

Relativamente a aquisições de bens de capital em 2019 foi de 12,689 milhões de euros dos quais foram pagos 5,280 milhões de euros e encontravam-se comprometidos 4,923 milhões de euros. Isto indica que cerca de 20% do orçamento de 2019 (aquisições de bens de capital), foi transferida para 2020 e seguintes.

Como no orçamento para 2021 estão previstos 11,888 milhões de euros para aquisições de bens de capital e considerando o histórico de execução orçamental, o exercício indica que não será possível executar os bens de capital indicados, situação que também justifica o grau bastante baixo de cobrança de receitas de capital.

É a “pescadinha de rabo na boca”: Baixa execução da receita leva a dificuldades na execução de despesa e (no caso de obras co-financiadas, que estas é que são as importantes) leva a baixa execução de receita.

Os números indicam-nos que em 2019 a execução orçamental rondou os 15 milhões de euros (receita cobrada 14,9 milhões de euros e despesa paga 14,4 milhões de euros). Ao apresentar um orçamento de 22,685 milhões de euros em 2021 é apresentar um documento que dificilmente será executável e onde há receitas e despesas que irão ficar aquém do previsto.

Enquanto se empolar receita (como se tem feito com as receitas relacionadas com projetos co-financiados) é possível inscrever despesa no orçamento. A questão, depois, é conseguir executar o orçamento conforme proposto.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

Os orçamentos de um mandato político devem traduzir uma construção gradual, faseada e exequível, conquistando desse modo a credibilidade e a confiança das populações, mas o orçamento não demonstra isso, deixando algumas dúvidas.

Aqui chegados e considerando as imperfeições encontradas no orçamento para 2021, os subscritores, analisando os prós e contras duma eventual inviabilização do orçamento decidiram-se pela abstenção pelos seguintes motivos:

Neste que é o último ano de mandato, os militantes do PS subscritores, eleitos para esta Assembleia Municipal consideram que o Partido Socialista tem uma responsabilidade redobrada para garantir um quadro orçamental forte e dirigido para as necessidades das famílias, das empresas e da coesão social, sobretudo pela perda de rendimentos líquidos efetivos, em consequência ou de desemprego ou da fraca atividade económica em sectores mais afetados pela pandemia.

Politicamente, colocando nos pratos da balança os números, por um lado e as pessoas, do outro, estas devem estar sempre em primeiro lugar.

Obstaculizando a aprovação do orçamento iríamos criar grandes dificuldades à execução de obras importantes para o desenvolvimento do concelho e em benefício das populações.

Ao ponderarmos o nosso voto, não poderíamos esquecer os tempos em que vivemos. Apesar da evolução da ciência, estamos todos reféns dum ser insignificante e simultaneamente tão poderoso que nos tem privado de liberdades essenciais, ao mesmo tempo que tem vindo a mostrar as dificuldades da economia. A vacinação está a criar o sentimento de que podemos ultrapassar esta pandemia, mas as incertezas ainda se manterão no próximo ano. Com esta incerteza, a gestão por duodécimos iria criar grandes problemas ao executivo, mas também aos munícipes.

Exortamos o Senhor Presidente para que sejam reforçadas as rúbricas associadas à “Ação Social”, à “Cultura” e à “Educação”, cujos valores nos parecem baixos, especialmente em tempos de crise.

O Executivo ao propor este exercício orçamental para 2021 assume uma terrível responsabilidade na sua execução. A avaliar pelas experiências anteriores referidas, diremos que será uma tarefa de perícia, difícil, mas não completamente impossível.

Entre um orçamento menos bom e correremos o risco de não haver orçamento optamos pelo primeiro. Mas as razões acima apontadas impedem-nos de subscrever um orçamento com tantos riscos na sua possível execução. Daí a nossa abstenção.

Resta-nos desejar à Câmara Municipal as maiores venturas de modo a que no final 2021 se demonstre que os números tiveram uma leitura errada pela nossa parte.

2021 não é tempo de novos projetos; a palavra de ordem do último ano deste mandato deveria ser executar, executar, executar.

A concretização e execução máxima deste orçamento será bom para o presidente da câmara, mas também e principalmente para todos nós, munícipes.”

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Esta declaração de voto é do PS? É dos três Elementos que se abstiveram.

Posteriormente a esta sessão ordinária da Assembleia Municipal, no dia 23 de dezembro 2020, a Senhora Deputada Maria João Ribeiro enviou, via e-mail, a declaração de voto que a seguir se transcreve:

“Um orçamento com perspetiva otimista, no alinhamento e semelhança dos 3 anteriores deste mandato que, todavia, em termos de execução, ficaram todos muito aquém de contas que se



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

desejariam bem mais positivas e com resultados de execução também demasiado baixos, para o que foram as promessas eleitorais e, certamente, expectativas dos Municípes.

As ETAR são as obras que marcarão este mandato mas que há muito se esperariam concluídas e a funcionar. Várias foram as sessões de AM em que este tema foi discutido, que se questionou o término e, várias datas foram, nas várias sessões avançadas, mas depois, convertidas em prorrogações, seguidas de prorrogações contribuindo para o desaire das contas.

Estamos perante o último orçamento do mandato e com nada de substancialmente novo, de novidade que nos surpreendesse em resultado dos bons desempenhos dos exercícios anteriores, que permitissem por exemplo, o desenvolvimento da Felgueira pelo seu valor turístico e numa área tão importante quanto a saúde.

O slogan deste executivo, em final do segundo mandato, “Nelas Vive” ainda não é desta que se lhe dá realização. Certo que este ano em nada ajudou mas não será, por si só, uma causa mas antes uma atenuante para resultados esperados bem mais ambiciosos e para um nível substancial de endividamento a longo prazo com que todos os Municípes estão comprometidos.

Com um histórico pouco abonatório para a confiança na boa execução, consequente dilatação dos prazos das obras, que se arrastam por vários exercícios do mandato a decorrer e a entrarem no ano derradeiro, projetos repetidamente programados, ao longo do mandato e vários orçamentos, com a agravante de 2021 ter como tônica a incerteza dado o contexto da COVID e consequências a nível mundial. A aposta em novos e muitos projetos, zonas industriais, novas e várias rotundas, requalificação de ruas e avenidas, ciclovias, projeto CAVES, nada de novo e há muito propalados mas nunca realizados, a “caírem” num ano de eleições autárquicas em que a tendência para o facilitismo é para todos familiar, a posição do PSD é a de não APROVAÇÃO do orçamento e GOP para 2021.

Não podemos deixar de apreciar e congratular o executivo na opção, como aliás sempre pelo PSD recomendado, de prescindir da totalidade da participação variável do Município no IRS. No lançamento da derrama favorecendo os empresários neste ano tão atípico e cheio de dificuldades. Todavia, esta opção incluída no orçamento é manifestamente insuficiente para a sua aprovação face ao seu impacto pouco significativo nas contas camarárias, mais útil para quem delas usufrui, no caso, os Municípes.

Rogamos que a aprovação de contas e exercício de 2021 contrarie toda esta perspetiva não favorável do Grupo Parlamentar do PSD, enquanto oposição do presente mandato em final de ciclo.

Exortamos o esforço do Executivo para uma concretização orçamental de custo e gastos versus benefício, de facto, sentido pelos Municípes.

Nelas, 23 de dezembro 2020.”

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Aprovado o Orçamento, passamos ao ponto seguinte que é o Mapa do Pessoal para o ano de 2021. Não sei se alguém, à priori, tem alguma questão a pôr. Não. Senhor Presidente, quer dizer alguma coisa sobre isto, muito rapidamente? Também não. Então, vou pôr à votação e pergunto.

A Senhora Deputada Maria João Ribeiro: (longe do microfone)

- Gostaríamos que houvesse um esclarecimento.

O Senhor Presidente da Câmara:

- Estou disponível para dar o esclarecimento.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

- Portanto, relativamente ao esclarecimento quanto ao Quadro do Pessoal, o que está previsto e que resulta da folha 38, final, que é onde está o resumo, o que está previsto relativamente ao Mapa de Quadro do Pessoal anterior, em 2020 estava prevista criação de postos de trabalho novos, PTN, 70 e postos de trabalho ocupado, 227.

Porquê mais 10? A previsão de porquê mais 10 postos de trabalho novos, porque, no essencial, ocorreram 6 aposentações e mais 4 pessoas estão em mobilidade. Durante o ano, estão previstas mobilidades. Há necessidade de Serviços que implicam ocupação de novos 10 postos de trabalho, que estão ocupados com necessidades permanentes por precários.

Vão aposentar-se, previsivelmente, em 2021, 8 pessoas. E está prevista a criação de mobilidades, naturalmente, que saem de postos de trabalho ocupados, da rubrica de postos de trabalhos ocupados e passam para a rubrica de postos de trabalho novos.

Dá à Câmara também a flexibilidade, que tem sido uma necessidade que tem havido na gestão da Câmara, do ponto de vista de obras, Pessoal Auxiliar, Pessoal de Limpeza, Pessoal de Desinfeção. E, portanto, anda em linha este Quadro do Pessoal com aquele que tem vindo à Câmara e à Assembleia Municipal.

Para verem, no ano passado eram, reafirmo, 227 e 70, este ano são 224 e 80. E, portanto, do ponto de vista da Estrutura Orgânica, continuam previstos, como cargos dirigentes, que também estão previstos, eventualmente, para serem preenchidos como cargos dirigentes intermédios de 3.º grau, Finanças, Património Municipal, Educação, Cultura e Desporto, Projetos, Obras e Ambiente e Desenvolvimento Social, Emprego e Saúde.

O Organigrama da Câmara continua na mesma. Mas, isto dá uma flexibilidade para que a Câmara Municipal possa substituir as pessoas que se vão reformando, possa também fazer alguma mobilidade interna.

Repararam também, com certeza, que a rubrica de Encargos com o Pessoal tem vindo a crescer fruto do descongelamento de carreiras. Neste período que eu tenho estado na Câmara Municipal já houve a questão da integração dos precários, dos 49. E, depois, mais a abertura de um procedimento concursal na Área do Desporto, da Educação e outras áreas, em que entraram mais 11 pessoas.

Há situações na Câmara, estamos a falar de dezena e meio, creio, perto de 20 pessoas, que estão como Assistentes Técnicos, mas são licenciados. E acho que um licenciado deve ser Técnico Superior. Para isso é que se licenciou. Não é para ser Assistente Técnico. E, portanto, há também essa injustiça interna na Câmara Municipal, em muitos setores. E as pessoas que se licenciaram não estão no cargo, estão desmotivadas e essa desmotivação causa também, ou pode causar constrangimentos de Serviço por causa da desmotivação e a Câmara também tem que ser justa internamente.

E, portanto, há, creio, perto de 20 pessoas que estão como Assistentes Técnicos e deveriam estar como Técnicos Superiores. E, portanto, é preciso também fazer mobilidades internas. Repor alguma justiça porque eu já corrigi injustiças de precariedade. Agora, pretendia corrigir alguma justiça em termos de adequação do exercício de funções às habilitações e ao esforço que as pessoas tiveram em termos de formação e às expetativas que criaram em termos de vida.

E, este Mapa de Pessoal permite também, dá também esta flexibilidade, sendo sempre, naturalmente, cauteloso do ponto de vista da despesa corrente. Mas, pretendendo manter uma equipa, a todos os níveis, desde o nível de chefia, a todos os trabalhadores, motivada, com espírito de equipa, espírito de grupo, na Câmara Municipal, sempre com exceções, é evidente. Uma organização com quase 300 colaboradores, seja trabalhadores, ou outro tipo de colaboradores e



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

ainda com recurso a muitos CEI,s, é evidente que há sempre problemas. Quem gere organizações sabe que assim acontece. E ainda hoje tive contacto direto com todos, quer com os trabalhadores a nível do pessoal externo, quer com os cargos dirigentes aqui mais na Câmara Municipal, desde os internos, da engenharia, do espaço do cidadão, da universidade sénior, parte jurídica, a todos os outros, à proteção civil, a toda essa gente, tive contacto porque a Câmara, como sabem, lançou a campanha de apoio ao comércio tradicional, dos vouchers, que vai fazer um sorteio também na ótica do comércio tradicional e decidiu, e isso está também permitido em termos legais, oferecer o montante que, habitualmente, gastava no jantar de Natal, decidiu oferecer esses 15,00 euros a cada um dos trabalhadores num voucher para descontar no comércio tradicional.

E a prenda que dava aos trabalhadores, também num voucher de 25,00 euros para descontar no comércio tradicional. E notei, naturalmente, nesse contacto, particularmente com todos os Quadros, mas a nível de Direção e de motivação, com esta expectativa, uma grande motivação de prestação de serviço público na Câmara Municipal. E isto é permitido por este quadro de pessoal e pelas expectativas que ele cria em termos também de alguma justiça interna que permite e, naturalmente, da perspectiva da flexibilidade que é possível, aposentando-se pessoas, a possibilidade de, em termos técnicos, recorrer, em termos concursais, à substituição.

Estava a decorrer um procedimento concursal para serviços externos por dificuldade de calceteiros e pedreiros e etc. Estão a fazer as entrevistas. Não sei se posso esclarecer mais alguma coisa relativamente a isso. Se houver mobilidades preenchem os lugares novos, mas saem dos lugares ocupados. Portanto, não quer dizer que entrem 70 novas pessoas porque se passarem dos lugares ocupados para os de trabalhos novos, são internos. São mobilidades internas que saem de um sítio para o outro.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Rui Costa, quer usar da palavra? Faça favor.

O Senhor Deputado Rui Costa:

- Senhor Presidente, quanto à explicação que nos deu sobre estes 80 novos postos de trabalho. É assim, 80?

O Senhor Presidente da Câmara:

- Podem não ser novos, podem ser mobilidades.

O Senhor Deputado Rui Costa:

- Pronto. Mobilidades, ou não, isto é uma situação que todos os anos debatemos aqui e eu, depois de o ouvir e de o escutar, atentamente, acredito, que, realmente, seja assim e que nesta altura, que até falamos de apoiar o comércio local, também devemos apoiar os Municipais do Concelho, dando-lhes emprego também na Câmara Municipal. Sei, perfeitamente, como é óbvio. Quer dizer, vamos tentar, tentamos ser internos. E, aí, acredito em si.

Agora, há aqui um senão. Debatem-se se conseguimos fazer, realmente, o Orçamento que aprovámos há bocado, que aprovaram há bocado. Então, solicitava ao Senhor Presidente que pegasse nalgumas avenças que tem, que vai buscar ao exterior do Concelho e que utilize os funcionários internos da Câmara Municipal e que até possa criar mais 2, ou 3 postos de trabalho e que evite essas avenças. Se calhar, também equilibrámos mais o orçamento que ainda há bocado foi aprovado. Pronto, é isso que lhe solicitava.

E, se ao fim do próximo ano, o Senhor tirar as avenças que tem na Câmara Municipal, eu até lhe poderei, ou não, a si, ou a outro, aprovar o quadro do pessoal deste género. Neste momento, também não lho vou chumbar, mas vou-me abster, dando-lhe o benefício da dúvida que, realmente, vai-nos ouvir e vai retificar, durante este próximo ano, utilizar mais o pessoal que tem interno e deixar as avenças que tem.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito obrigado, Senhor Deputado. Uma vez que não fez nenhuma pergunta, apenas apresentou sugestões, não vale a pena responder. Quer responder, Senhor Presidente?

O Senhor Presidente da Câmara:

- Rapidamente. Não tenho, esta boatada das avenças, não tenho nada a esconder e para que não fique no ar a questão das avenças, eu posso dizer quais são as avenças que há na Câmara. Não há nada a esconder.

Olhe, a Câmara, naturalmente, tem uma avença com um Advogado. A Dr.^a Marta Bilhota é Jurista, mas não pode representar, externamente, a Câmara Municipal. Portanto, a Câmara Municipal, em processos judiciais, tem que ter um Advogado que a represente. Um Advogado, ou vários. Portanto, tem que ter avença. Portanto, não pode deixar de ter um Advogado, ou um Escritório de Advogados. Tem o Advogado que a representa e tem uma Avença com um Advogado, não sei se são 1.600,00 euros, se são 1.700,00 euros por mês. E está a defender processos que ultrapassam o valor de um milhão de euros, atualmente em Tribunal. E, para aí, uns 20 processos, 1.600,00 euros, ou 1.700,00 euros.

A Câmara tem uma avença com um Gabinete de Consultadoria Financeira, que é uma avença da mesma natureza. São 1.600,00 euros, à volta disso. Posso precisar depois os valores. E, estou a procurar, como Presidente da Câmara, construir uma autonomia em termos financeiros com dois Quadros Superiores que admitimos, que é o Dr. Rogério e a Dr. Maria João, no sentido de refazer a estrutura financeira em termos de autonomia, com dois Técnicos Superiores, que já estão contratados, que entraram por concurso público e que, portanto, vão garantir essa autonomia.

Mas, eu digo-lhe uma coisa: eu, como Presidente da Câmara e assumo essa responsabilidade, do ponto de vista financeiro, terei sempre Consultor Financeiro porque eu, a perspetiva de ter uma visão pluridisciplinar e de outras realidades, que possa acrescentar, internamente, quer do ponto de vista jurídico, quer do ponto de vista financeiro, acho essa visão muito útil.

Depois, não temos mais. Temos uma avença porque temos obrigação de ter um Engenheiro Eletrotécnico. Não temos Engenheiro Eletrotécnico. Não temos ninguém que possa assumir a responsabilidade eletrotécnica na Câmara. Não temos um Engenheiro Eletrotécnico no Quadro interno da Câmara. Portanto, tem que ser, ou uma empresa, ou alguém que assuma a parte eletrotécnica, o Responsável pelas instalações elétricas.

Acho que já não temos ninguém responsável pelos produtos fitofarmacêuticos porque acho que a Eng.^a Inês já tem os cursos suficientes para ter. Portanto, já dispensámos.

Depois, mais avenças que temos? Já não temos avença nenhuma da parte da Comunicação. Já acabámos com a avença. Avença em vigor da parte da Comunicação, não temos.

Recorremos, abundantemente, a Projetos de Especialidade. Por exemplo, os Projetos da Requalificação das Escolas Secundárias, foram feitos externamente. Os projetos das ETAR,s são feitos, externamente. A Engenharia da Câmara é assegurada pela Eng.^a Susana, é a Eng.^a Paula Sampaio, é o Eng.^o Gonçalo, que está encarregue dos orçamentos da expansão da rede de água e saneamento, é a Eng.^a Paula, da rede elétrica e é a Eng.^a Susana, que é pau para toda a obra, que não tem tempo de fazer um projeto porque faz pedidos de pagamento, faz tudo e um par de botas e temos um Arquiteto.

Portanto, a Câmara, como toda a gente sabe, quem já passou pela Câmara, se quer fazer um projeto sustentado tem que o contratar externamente. Portanto, se é essa a questão, isto é o mito das avenças. Compreende Rui? Portanto, não tenho medo de mostrar as avenças que existem na Câmara Municipal.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

E não são fortunas. Também tenho o critério da razoabilidade nas Avenças. Não há avença nenhuma de 2.000,00 euros, de 3.000,00 euros, 4.000,00 euros, ou 5.000,00 euros. Um Técnico que dê apoio, que tenha completa disponibilidade, sempre disponível para mostrar serviço a uma Câmara Municipal com um volume de faturação, de execução, como o Senhor Sousa ainda agora falou, de 13 milhões de euros, 14 milhões de euros, 15 milhões de euros, neste nível de responsabilidade, que tenham uma avença, um pagamento, pelo serviço que presta, por uma confiança que gera uma organização, de 1.600,00 euros, ou 1.700,00 euros, não é elevado. A Câmara Municipal, se quer alguém que também trabalhe para ela à borla e que lhe dê confiança à borla, não encontra no mercado. E, portanto, são estas as avenças. Não tenho receio nenhum de expor as avenças. Isso é um mito. Isso é uma coisa que se pôs para aí a girar a questão das avenças, mas não corresponde à verdade.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito obrigado, Senhor Presidente. Ora, uma vez que mais ninguém está inscrito, vou pôr o ponto 2.3 à votação e pergunto: Quem vota contra? Quem se abstém? Do CDS, os Senhores Deputados João Alfredo Ferreira e Dr. Manuel Henriques. E os Senhores Deputados Rui Costa, Marta Temudo e Maria João Ribeiro, do PSD, que são todos. Portanto, 5 abstenções e 21 votos a favor. Minuta.

A Senhora Primeira Secretária:

MINUTA DA ATA

O ponto 2.3 - Mapa do Pessoal para o ano de 2021 – Aprovação, foi posto à discussão, tendo sido aprovado com 21 votos a favor, 0 votos contra e 5 abstenções.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Quem vota contra a minuta? Quem se abstém? Aprovada por unanimidade.

Passamos ao ponto 2.4 - IMI - Imposto Municipal sobre Imóveis - Fixação de taxas
Aprovação: - Prédios rústicos – 0,8%; - Prédios urbanos – 0,3%. Alguém tem alguma pergunta a fazer? Não. Senhor Presidente, quer dizer alguma coisa?

O Senhor Presidente da Câmara:

- Sim. A questão do IMI é um compromisso, é continuar a reafirmar o compromisso de que, até ao final do mandato, que ele se manterá no mínimo e que isso é bom para as Famílias e tenho a expectativa que isso, a médio prazo, não foi a curto prazo como eu pensava, mas que a médio prazo, contribua para, do ponto de vista do imobiliário, animar, quando isto reanimar, sirva para tornar o Município de Nelas competitivo em termos de imobiliário porque acho que não há razão nenhuma para que o mercado do imobiliário não se reanime aqui no Concelho de Nelas.

Vamos ver se, por via da reabilitação e também por via de alguma proatividade que a Câmara Municipal possa ter mais, até em termos de Habitação Social, que também pode passar pela reabilitação, se conseguimos animar esse mercado do imobiliário, que é também um mercado muito importante para o desenvolvimento do Concelho. E, portanto, acho que é honrar o compromisso.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito obrigado Senhor Presidente. Alguma pergunta? Não. Vou pôr à votação: Quem vota contra? Quem se abstém? Aprovado com 26 votos a favor, por unanimidade. Minuta.

A Senhora Primeira Secretária:

MINUTA DA ATA

O ponto 2.4 - IMI - Imposto Municipal sobre Imóveis - Fixação de taxas – Aprovação:
- Prédios rústicos – 0,8%; - Prédios urbanos – 0,3%, foi posto à discussão, tendo sido aprovado com 26 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções, portanto, por unanimidade.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Quem vota contra a minuta? Quem se abstém? Aprovada por unanimidade.

Portanto, o ponto 2. 5 - IMI - Imposto Municipal sobre Imóveis - Fixação de taxas para prédios em ruínas e devolutos – Aprovação: - Taxa de IMI máxima legalmente possível de 0,45% a triplicar aos prédios urbanos que se encontrem devolutos e/ou em ruínas, nos termos do artigo 112.º n.º 3 do CIMI. Alguém quer usar da palavra neste ponto? Não.

O Senhor Presidente da Câmara:

- Deixar aqui também, mais uma vez, o compromisso da Câmara Municipal porque esta taxa máxima de IMI depende do lançamento na plataforma das Finanças da identificação fiscal do proprietário deste imóvel. Deixar aqui também o compromisso por parte da Câmara que isto é aplicável a imóveis, não só em ruína, mas a imóveis devolutos. Mas que a Câmara Municipal está a identificar apenas os prédios em ruína. Portanto, aqueles que não têm telhado, não têm janelas. Estão, manifestamente, abandonados. E, portanto, acho que nos Serviços temos uma equipa a fazer isso.

Acho que no ano passado e temos que lançar isso até ao final de dezembro, no exercício do ano passado que conseguimos lançar cerca de 90 prédios em ruína. E, portanto, há uma equipa a apurar esses prédios em ruína, que também é outro mecanismo, do ponto de vista coercivo, para ver se anima a reabilitação.

Mas, deixo aqui este compromisso de que, de facto, são mesmo os proprietários relapsos, das heranças e etc. E, portanto, afetará apenas os prédios em ruína e não os prédios devolutos, como a Lei prevê.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Vou pôr o ponto, então, à votação e pergunto: Quem vota contra? Quem se abstém? Aprovado por unanimidade. Minuta.

A Senhora Primeira Secretária:

MINUTA DA ATA

O ponto 2. 5 - IMI - Imposto Municipal sobre Imóveis - Fixação de taxas para prédios em ruínas e devolutos – Aprovação: - Taxa de IMI máxima legalmente possível de 0,45% a triplicar aos prédios urbanos que se encontrem devolutos e/ou em ruínas, nos termos do artigo 112.º, n.º 3 do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis, foi posto à discussão, tendo sido aprovado com 26 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções, portanto, por unanimidade.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Quem vota contra a minuta? Quem se abstém? Aprovada por unanimidade.

Passamos ao ponto 2.6 – Lançamento de derrama para o ano de 2021 – Aprovação: - taxa de 1,5%, sobre o lucro tributável das empresas; - isentar-se de derrama, no ano de 2021, os sujeitos passivos com um volume de negócios no ano anterior que não ultrapasse 150.000,00 euros. Alguém quer fazer alguma pergunta aqui? Senhor Presidente, quer apresentar?

O Senhor Presidente da Câmara:

- Já foi explicado.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Pois já, já foi explicada a isenção. Então, vou pôr à votação: Quem vota contra? Quem se abstém? Aprovado por unanimidade. Minuta.

A Senhora Primeira Secretária:

MINUTA DA ATA

O ponto 2.6 – Lançamento de derrama para o ano de 2021 – Aprovação: - taxa de 1,5%, sobre o lucro tributável das empresas; - isentar-se de derrama, no ano de 2021, os sujeitos passivos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

com um volume de negócios no ano anterior que não ultrapassem 150.000,00 euros, foi posto à discussão, tendo sido aprovado com 26 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções, portanto, por unanimidade.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Quem vota contra a minuta? Quem se abstém? Aprovada por unanimidade.

Passamos ao ponto 2.7 – Taxa Municipal de Direitos de Passagem – Lei n.º 5/2004, de 10 de fevereiro – Lei das Comunicações Eletrónicas – Aprovação: - Taxa Municipal de Direitos de Passagem em 0,25% para o ano de 2021. Alguém quer dizer alguma coisa neste ponto? O Senhor Presidente também não quer dizer nada, pois não?

O Senhor Presidente da Câmara:

- Não.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Então, vou pôr à votação: Quem vota contra? Quem se abstém? Aprovado por unanimidade. Minuta.

A Senhora Primeira Secretária:

MINUTA DA ATA

O ponto 2.7 – Taxa Municipal de Direitos de Passagem – Lei n.º 5/2004, de 10 de fevereiro – Lei das Comunicações Eletrónicas – Aprovação: - Taxa Municipal de Direitos de Passagem em 0,25% para o ano de 2021, foi posto à discussão, tendo sido aprovado com 26 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções, portanto, por unanimidade.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Quem vota contra a minuta? Quem se abstém? Aprovada por unanimidade.

Então, passamos ao ponto 2.8 - Participação variável dos Municípios no IRS do ano de 2021 – Aprovação: - Fixar em 4% a taxa da participação variável do Município de Nelas no IRS, para o ano de 2021. Quem quer usar da palavra? Senhor Presidente, quer dizer alguma coisa? Está dito. Então, vou pôr à votação e pergunto: Quem vota contra? Quem se abstém? Aprovado por unanimidade.

A Senhora Primeira Secretária:

MINUTA DA ATA

O ponto 2.8 - Participação variável dos Municípios no IRS do ano de 2021 – Aprovação: - Fixar em 4% a taxa da participação variável do Município de Nelas no IRS, para o ano de 2021, foi posto à discussão, tendo sido aprovado com 26 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções, portanto, por unanimidade.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Quem vota contra a minuta? Quem se abstém? Aprovada por unanimidade.

Agora, temos aqui três pontos que têm a ver com transferências de competências. A primeira, o ponto 2.9 é uma transferência para a CIM, que eles querem assumir e, portanto, precisam da concordância de todas as Assembleias Municipais. Por isso, vou pôr à votação e, peço que votem a favor porque é importante para a CIM.

Alguém quer usar da palavra neste ponto? Dr. Manuel Henriques.

O Senhor Deputado Dr. Manuel Henriques falou longe do microfone.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Não. É uma para a CIM, que é esta. As outras duas são para nós recusarmos, a transferência de competências para Educação e para a Saúde.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

O Senhor Presidente da Câmara:

- Este Diploma, no domínio da Ação Social, tem competências municipais e competências intermunicipais. No âmbito das competências municipais falta publicar ainda um Diploma que regulamenta a transferência das competências para a área municipal. E, portanto, o prazo para a Câmara Municipal e a Assembleia Municipal se pronunciarem se aceitam, ou não, a competência ainda não começou a correr, nos termos do Diploma próprio deste Decreto-Lei n.º 55/2020.

Mas, para a Comunidade Intermunicipal já decorreu o prazo e para a Comunidade Intermunicipal aceitar estas competências na Área Social, particularmente ao nível da estratégia, em termos sociais, eventualmente, também pronunciar-se em termos de infraestruturas, construção de novas infraestruturas, novas necessidades, mais a esse nível, as competências estão definidas no Decreto-Lei n.º 55/2020, precisa da autorização, ou da não oposição, das Assembleias Municipais que compõem a Comunidade.

E, como temos feito também nas outras áreas todas, não nos temos oposto a que a Comunidade Intermunicipal exerça essas competências, que são sempre a este nível, do ponto de vista consultivo, do ponto de vista agregador de todos Municípios e não do ponto de vista mais executivo. Tem sido assim do ponto de vista também empresarial. Tem sido assim do ponto de vista também da Proteção Civil. E é assim também na Área Social.

Diferente dos outros pontos a seguir, que já é a nível municipal, para o Município, ainda não começou, sequer, a correr o prazo porque há um Diploma que falta publicar na Área Social.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito obrigado. Mais alguém quer mais algum pedido de esclarecimento? Então, se não, vou pôr à votação e pergunto: Quem vota contra? Quem se abstém? Aprovado por unanimidade. Minuta.

A Senhora Primeira Secretária:

MINUTA DA ATA

O ponto 2.9 - Quadro de transferência de competências para as Entidades Intermunicipais - Decreto-Lei n.º 55/2020, de 12 de agosto – concretiza a transferência de competências para os Órgãos das Entidades Intermunicipais, no domínio da ação social - deliberação ao abrigo do disposto nos artigos 30.º, n.º 2 da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto e 20.º do Decreto-Lei n.º 55/2020, de 12 de agosto – Discussão e deliberação;

Foi posto à discussão e deliberação a transferência de competências para as Entidades Intermunicipais, tendo sido aprovado, com 26 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções, portanto, por unanimidade.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Quem vota contra a minuta? Quem se abstém? Aprovada por unanimidade.

E, agora, há dois pontos, que já foram aqui discutidos, que são o ponto da Educação e da Saúde. Portanto, eram duas transferências de competências que deviam ocorrer no ano de 2021, mas que foram proteladas para 2022, se assim o entendermos.

Para que elas sejam proteladas para 2022 temos que dizer que não as aceitamos. Portanto, agora, a questão é nós votarmos contra a transferência nestes dois pontos.

Alguém quer dizer alguma coisa? O Senhor Presidente da Câmara, faça favor.

O Senhor Presidente da Câmara:

- Posso dar uma explicação.

No domínio da Educação, o que está previsto neste Diploma n.º 21/2019 e depois no domínio da Saúde, no Decreto-Lei n.º 23/2019 e que foram dos últimos diplomas a sair, em todas



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

as outras áreas, que são mais de 20, no dia 1 de janeiro de 2021 há a transferência de competências para a Câmara Municipal. Estou a falar, desde a autorização para jogos de fortuna e azar, pequenos jogos. Estou a falar da regulação do trânsito e das contraordenações simples, ligeiras, relativamente ao trânsito. Estou a falar de uma série de muitas competências que passam para o âmbito municipal. Mas que não vêm acompanhadas de transferência de verbas por parte da Administração Central.

Portanto, as verbas com que a Câmara se vai governar são as taxas que cobra, ou as multas que cobra em função dessa atividade. As que vêm acompanhadas de verbas, as que virão acompanhadas de verbas são estas da Educação e da Saúde.

A estratégia da Câmara e da Assembleia, depois aqui sufragada pela Assembleia, foi que nós temos infraestruturas que são dos anos 80, genericamente. E, portanto, sempre apostámos, nós e mais de uma centena de Municípios, pressionar no sentido de não aceitarmos as competências sem antes nos reabilitarem as infraestruturas, porque na área da Educação, o que é que as Câmaras vão aceitar? O que é que está a ser transferido para as Câmaras?

Se bem que este Diploma n.º 21/2019 tem mais coisas do que a Lei inicial, porque já tem lá mais, até do ponto de vista do Ensino Profissional e mais alguns pormenores do que a Lei inicial da delegação de competências.

Mas, em rigor, o que é que vão transferir para a Câmara? Vão transferir para a Câmara a infraestrutura e o funcionamento da infraestrutura da Escola. É a Escola, a reparação da Escola, o aquecimento da Escola, a manutenção da Escola. E, acho que, na escola, os assistentes operacionais. Os assistentes administrativos não, acho que não, e toda a parte pedagógica continua no Ministério da Educação. Toda a parte dos Professores. E a Direção da Escola continua autónoma na mesma. Define a política da Escola, etc. E, portanto, aqui, em matéria da área da Educação, pelo menos está a dar frutos porque, em matéria da Educação existe e eu faço, tenho assento no Conselho Geral das Escolas e tenho o compromisso firme, quer por parte da Presidente da CCDR e por parte do Senhor Ministro da Educação, que vai abrir um Aviso agora em janeiro no sentido de serem requalificadas as Escolas Secundárias de Nelas e de Canas de Senhorim, com o reforço de verbas nesse Aviso que vai abrir em janeiro.

E, portanto, uma coisa é a Câmara aceitar as competências que, no essencial, são infraestruturais e que vão onerar, estamos a falar, com as contas que a Câmara tem, com o que lhe foi enviado, com a entrada de perto de 100 novos trabalhadores no quadro do pessoal da Câmara Municipal, quer em termos da área da Educação, quer da área da Saúde. E duas novas infraestruturas de Saúde, que é o Centro de Saúde de Nelas e o Centro de Saúde de Canas de Senhorim.

E, portanto, se eles vierem todos requalificados e é uma das áreas que também em janeiro, farei esse esforço e falo também já da área da Saúde, porque no PRR, uma das prioridades que também está lá, é, para além de uma série de outras coisas, como pequenas ligações a Zonas Industriais, as chamadas missing links, infraestruturas na Área Social, também estão lá infraestruturas na Área da Saúde e a Câmara de Nelas precisa também com urgência, vou pôr algum investimento nessa área também, fazer projetos de requalificação dos Centros de Saúde de Nelas e de Canas de Senhorim, porque este PRR vai ter que ser gasto em 5 anos a quem tiver projetos para apresentar e vão ser verbas financiadas a 100%.

Estes projetos na área da Educação não são ainda a 100%. Portanto ainda são no Quadro 2020, mas o Ministério da Educação tem celebrado protocolos com as Câmaras. A Câmara é Dono de Obra. A obra é financiada a 85% e os 15% que caberiam à Câmara Municipal, o Ministério da



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

Educação celebra um protocolo e suporta 7,5%. Estamos a falar de intervenções a todos os níveis, que estão, praticamente garantidas. Eu tenho isto por garantido.

Os projetos estão praticamente elaborados e discutidos na Direção dos Agrupamentos de Escolas. O Eng.º disse-me que o Agrupamento de Escolas de Nelas aproveita a oportunidade para fazer mais uma ampliação que seria necessária. Mas, estamos a falar de grandes intervenções, não só na infraestrutura imobiliária num custo da obra de 2.400.000,00 euros da obra, mas também de todo o imobiliário escolar de 180.000,00 euros, material didático 110.000,00 euros e o material informático e técnico 135.000,00 euros, na Escola Secundária de Nelas. Estamos a falar de perto de 3 milhões de euros de investimento.

Na Escola Secundária de Canas de Senhorim, de um custo da obra de 1.900.000,00 euros. De imobiliário escolar de 186.000,00 euros, equipamento didático 106.000,00 euros e equipamento informático e técnico 129.000,00 euros. Ficam com uma intervenção desta natureza.

E, portanto, isto é uma estimativa orçamental que o Ministério da Educação já lá tem. Ficam Escolas para os próximos 20, 30 anos, escolas com as infraestruturas que existem, mas, completamente requalificadas. E, assim, já a Câmara fica também preparada para receber, com outro conforto, a delegação de competências, com uma infraestrutura nova e, evidentemente, também uma infraestrutura contida e previsível, com mais segurança em termos de custos.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito obrigado, Senhor Presidente. Mais alguém quer alguma explicação? Não.

Então, vou pôr à votação: Quem vota a favor? Quem se abstém? Portanto, foi recusado, com 26 votos contra, por unanimidade.

A Senhora Primeira Secretária:

MINUTA DA ATA

O ponto 2.10 - Quadro de transferência de competências para as Autarquias Locais – Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro – concretiza o quadro de transferência de competências para os órgãos municipais e para as entidades intermunicipais no domínio da educação - deliberação ao abrigo do disposto no artigo 76.º, n.º 3 do Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro, na redação que lhe foi conferida pelo Decreto-Lei n.º 56/2020, de 12 de agosto - Produção de efeitos. Exercício, ou não, das competências em 2021 e comunicação à DGAL – Discussão e Deliberação;

Foi posto à discussão e deliberação a transferência de competências para o Município de Nelas, relativamente ao ano de 2021, tendo sido recusado com 26 votos contra, portanto, por unanimidade.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Quem vota contra a minuta? Quem se abstém? Aprovada por unanimidade.

E, agora, é a mesma situação para a Saúde. Alguém quer dizer alguma coisa sobre isto? O Senhor Presidente já falou. Então, vou pôr à votação e pergunto: Quem vota a favor? Quem se abstém? Recusado com 26 votos contra, por unanimidade.

A Senhora Primeira Secretária:

MINUTA DA ATA

O ponto 2.11 - Quadro de transferência de competências para as Autarquias Locais – Decreto-Lei n.º 23/2019, de 30 de janeiro – concretiza a transferência de competências para os órgãos municipais e para as entidades intermunicipais no domínio da saúde - deliberação ao abrigo do disposto no artigo 28.º, n.º 3 do Decreto-Lei n.º 23/2019, de 30 de janeiro, na redação que lhe foi conferida pelo Decreto-Lei n.º 56/2020, de 12 de agosto - Produção de efeitos. Exercício, ou não, das competências em 2021 e comunicação à DGAL – Discussão e Deliberação;



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

Foi posto à discussão e deliberação a transferência de competências para o Município de Nelas, relativamente ao ano de 2021, tendo sido recusado com 26 votos contra, por unanimidade.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Quem vota contra a minuta? Quem se abstém? Aprovada por unanimidade.

Então, passamos, agora ao ponto 2.12 – Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências a celebrar entre o Município de Nelas e a Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões – Sistema de Informação Cadastral Simplificado do Município de Nelas – Aprovação.

Senhor Presidente, quer dizer alguma coisa sobre isto?

O Senhor Presidente da Câmara:

- Só dar uma explicação. Isto, em rigor, do que se trata, como aliás diz o Contrato de Delegação de Competências, no Objeto, na Cláusula 2ª, no Contrato Interadministrativo, está lá o essencial, do que se trata. Portanto, trata-se de um Contrato que tem por objeto a delegação de competências do Município de Nelas, na Comunidade Intermunicipal, relacionadas com os procedimentos necessários à representação gráfica georreferenciada de prédios, porque estamos a falar é do cadastro dos prédios rústicos, de que tanto se tem falado a propósito dos fogos florestais e da questão da floresta, da reorganização da nossa floresta e, portanto do conhecimento de quem é o dono dos terrenos e dos prédios agrícolas e dos prédios florestais.

Está-se a delegar essa competência na Comunidade Intermunicipal para que a mesma elabore (é o n.º 2) e submeta uma candidatura ao concurso para a apresentação de candidaturas n.º CENTRO 08-2017-20, destinado a “Reforçar a Capacitação Institucional das Entidades Regionais”. Portanto, é para fazer um procedimento concursal, que já está a andar. A Comunidade Intermunicipal vai liderar uma candidatura que é apoiada pelo CENTRO 2020, que implica a colocação, em todos os Municípios, de dois Técnicos, pelo menos, nos termos aqui do artigo 5.º, em que, acho que é no prazo de 2 anos, em locais, que depois tudo isto será comunicado à população, vão funcionar como na referência agrícola, o parcelário.

E, as pessoas vão ser informadas nas Juntas de Freguesia para irem, junto destes Técnicos, ou estes Técnicos também irão às Juntas de Freguesia, em determinados dias e os proprietários têm que lá ir identificar, a traço grosso, quais são os seus prédios. Isto aqui é um Regime de Cadastro Simplificado.

Isto, depois, vai ser enviado para uma Central de Dados. Vai servir para um Registo Simplificado. Se houver mais que um proprietário, mais que uma pessoa a referenciar o mesmo local, depois isto não é registado e há-de haver um procedimento para determinar, afinal de quem é o prédio.

Mas, o objetivo é que, creio que no Município de Nelas há 50.000 prédios, ou 60.000 prédios rústicos e que têm que ser identificados no prazo de dois anos. E, nós identificámos como objetivo atingível 35% deste valor. E, em rigor, é o início de um caminho que leva a que, dentro de alguns anos, que espero que não sejam muitos longos, alguém, em termos informáticos, pegue na propriedade e que diga: dentro deste perímetro, os proprietários são estes. Vamos contactá-los. Têm aqui o contacto.

Tenho visto com agrado. Ainda um dia destes li também uma entrevista do Senhor Ministro do Ambiente também, e que estão a pensar fazer, considerar a floresta como um ativo ecológico, que tem um valor intrínseco, que merece, ser remunerado. E eu acho que aí é que está muita da solução para a resolução dos fogos florestais, porque se não houver rendimento da propriedade, vai continuar a haver abandono da propriedade. Tem que haver rendimento da propriedade.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

E, tem que se tratar como um bem ecológico a existência da propriedade bem cuidada. E, por isso, tem que ser identificada. Os proprietários têm que estar identificados. E, do que estamos a falar no âmbito da Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões, em rigor, é da realização do cadastro dos prédios rústicos.

Diz que, inicialmente, e vai ser natural, os proprietários vão dizer: Agora bem, isto é, um primeiro passo para depois aumentarem a tributação da propriedade rústica. E, portanto, é melhor não irmos lá. Mas, diz que, depois, na parte final, é o que se tem verificado onde já houve projetos – piloto, depois, na parte final, quando sentem que outros podem lá ir identificar os prédios e podem ficar, no Regime Simplificado, sem eles, a malta vai a correr, nos últimos meses, a identificar todos os prédios. E, portanto, acho que é um bom caminho e ainda por cima é uma solução que é financiada pelo CENTRO 2020 no sentido de termos um instrumento. E a CIM está a fazer, em termos intermunicipais, um excelente trabalho, mesmo no âmbito também da Proteção Civil e também com a georreferenciação.

A Câmara de Nelas, além disso, está bem apetrechada porque, em termos informáticos, com os seus servidores, fez ultimamente um grande investimento. Acho que, às vezes, são coisas que não se valorizam muito, mas já fez este investimento neste ano de mais de 300.000,00 euros, e, servidores, em salas apropriadas, em software. Eu recordo-me que há 5, 6 anos, ia estoirando o Sistema Informático e, portanto, tem um prazo de validade. Não é porque houvesse culpa do Executivo anterior, é porque as coisas têm um prazo de validade e ao fim de 7, 8 anos, ficam caducas e têm que ser renovadas, têm que ser alteradas. E, a Câmara, neste momento, está apetrechada para ter todos estes mecanismos de georreferenciação e poder utilizá-los.

Portanto, o que, em rigor, está, em resumo, é da realização do cadastro da propriedade rústica, que vai ser liderado pela Comunidade Intermunicipal, que depois vai colocar equipas nas Câmaras Municipais, técnicos a fazer essa georreferenciação da propriedade rústica, sempre em contacto com os proprietários e também com as Juntas de Freguesia, Associações de Produtores, etc.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito obrigado, Senhor Presidente. Alguém quer usar da palavra? Não. Então, vou pôr à votação e pergunto: Quem vota contra? Quem se abstém? Aprovado, por unanimidade.

A Senhora Primeira Secretária:

MINUTA DA ATA

O ponto 2.12 – Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências a celebrar entre o Município de Nelas e a Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões – Sistema de Informação Cadastral Simplificado do Município de Nelas – Aprovação, foi posto à discussão, tendo sido aprovado com 26 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções, portanto, por unanimidade.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Quem vota contra a minuta? Quem se abstém? Aprovada por unanimidade.

Passamos, agora, ao ponto 2.13 e último desta Ordem de Trabalhos. Um ponto que eu, ontem, ou anteontem, vos mandei uma retificação porque isto foi recomendado pela CIM Viseu Dão Lafões para ter a concordância das Assembleias Municipais e das Câmaras. E trazia já o texto para a Ordem de Trabalhos da Câmara e da Assembleia.

O funcionário, por lapso, meteu o da Câmara, uma vez que lá dizia aprovar e propor à Assembleia. Portanto, era o da Câmara. E, tivemos que alterar este ponto e agora já está correto, que é discutir e deliberar.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

O que é que se prende com este ponto? É muito simples. Conforme a certidão anexa, que é, no fundo, a minuta da ata, assinada pelo Presidente da Assembleia Intermunicipal, está determinado que a dívida total de operações orçamentais da CIM Viseu Dão Lafões, apurada com o n.º 2, do art.º 52.º, é imputada de forma proporcional à quota de cada Município para as suas despesas de funcionamento.

Mas, agora, a CIM pede-nos, pediu à Assembleia Intermunicipal e agora pede-nos a nós que se ponha aqui um ponto 2 e que é: Exceciona-se daquele rateio proporcional a dívida de natureza orçamental decorrente de delegações de competências, que será repartida na proporção da respetiva comparticipação estabelecida no contrato interadministrativo de delegação de competências, exclusivamente pelos municípios envolvidos.

Ora, isto é para quê? Isto é para quando há uma obra qualquer, que não é geral, mas para alguns Concelhos e concretamente, este ponto surge da Ecopista do Vouga. Portanto, não era lógico que todos os Concelhos pagassem pela Ecopista do Vouga, uma vez que ela só deve ser imputada aos Concelhos de Viseu, São Pedro do Sul, Vouzela e Oliveira de Frades, que são os beneficiários dessa Ecopista.

Portanto, este ponto é apenas para haver esta exceção. É isto que nos estão a pedir. Foi aprovado na Assembleia Intermunicipal de 30 de novembro e depois tem que ser apresentada a todas as Assembleias Municipais para colher o parecer favorável, que é isso que eu vos peço neste momento. Alguma dúvida?

O Senhor Presidente da Câmara:

- Senhor Presidente da Assembleia, só dar aqui uma explicação também, só para informação da Assembleia, para informação de todos. A quota da Câmara de Nelas, a imputação para a dívida para as operações orçamentais da CIM no endividamento, a repercussão é em função da quota que a Câmara de Nelas tem, e a quota foi aquela que foi deliberada numa Assembleia, numa reunião extraordinária do Conselho Intermunicipal de 18 de junho de 2019, que já foi actualizado. E a quota da Câmara de Nelas na Comunidade Intermunicipal neste momento é de 5,32%.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Pronto, depois deste esclarecimento, vou pôr à votação e pergunto: Quem vota contra? Quem se abstém? 1 abstenção. Aprovado com 25 votos a favor.

O Senhor Deputado Municipal Maia Rodrigues:

- Eu abstenho-me porque mantenho o voto que tive na Assembleia Intermunicipal. Só, rapidamente, houve dúvidas que foram levantadas e que não foram esclarecidas. Vou manter o voto que tive lá.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Então, foi aprovado com 25 votos a favor e uma abstenção do Senhor Deputado Municipal Maia Rodrigues.

A Senhora Primeira Secretária:

MINUTA DA ATA

O ponto 2.13 – Discutir e deliberar a concordância, “acordo expresso” para efeitos da alínea b) do n.º 1 do art.º 54.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, com o critério de imputação da dívida orçamental da Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões a cada município associado, deliberado pela Assembleia Intermunicipal em 30 de novembro de 2020, conforme certidão anexa.

Foi posto à discussão e deliberação, tendo sido aprovado com 25 votos a favor, 0 votos contra e 1 abstenção, a seguinte deliberação:



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

- Deliberação de concordância, “acordo expresso” para efeitos da alínea b) do n.º 1 do art.º 54.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, com o critério de imputação da dívida orçamental da Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões a cada município associado, deliberado pela Assembleia Intermunicipal em 30 de novembro de 2020, conforme certidão anexa.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Quem vota contra a minuta? Quem se abstém? Aprovada por unanimidade.

Chegamos, assim, ao fim do Período da Ordem de Trabalhos desta Assembleia e declaro a sessão aberta ao Público. Quem quer usar da palavra? Senhor Arlindo. Mais ninguém? Senhor Arlindo, faça favor. Tem 5 minutos para perguntar o que lhe aprouver e para dar informações que também tiver.

O Senhor Arlindo Rodrigues Duarte:

- Senhor Presidente da Assembleia,
Senhor Presidente da Câmara,
Senhores Vereadores,
Senhores Deputados,
Estimado Público,
Muito boa noite a todos.

Vou ser muito rápido. Só, aqui tirar umas pequenas dúvidas que tenho. Todos os anos se fazem orçamentos diferentes. Todos os anos há certas medidas que a Câmara vai fazer. Isto, andamos a caminhar, pelo menos, há 7 anos para cá. E, chega-se ao fim destes 7 anos, as obras, a maioria das obras estão por fazer.

Portanto, eu gostaria de saber quando é que é o acabamento das ETAR,s. Toda a gente sabe que já deviam estar terminadas. Para quando a solmização das fossas em ETAR,s, nomeadamente, em Senhorim? Para quando a Rua do Paço, ou seja, a Urbanização do Cipreste? Além da rotunda que vai ser construída à Borgstena, também foi prometida por este Eleito fazer uma rotunda ao Hotel da Urgeiriça e uma rotunda ao Carvalhão Torto. Para quando essas rotundas? Para quando a criação da Bolsa de Estudos para as Famílias mais carenciadas?

Nós temos aqui um Concelho muito perto e eu vou dizer qual é, que é Mangualde, que dá um subsídio às pessoas que querem estudar. Sabemos também que nem tudo se pode fazer. Saber se, até ao final do ano, vão existir pagamentos por fazer, nomeadamente, às Associações, às Coletividades, aos Bombeiros, aos Fornecedores, etc.

Para quando a requalificação das ruas do nosso Concelho? Exemplo: ao pé da Igreja de Santar, um pequeno troço de 20, 30 metros. Está em terra batida. A rotunda do Centro de Saúde, aqui da Câmara, quem vai para a Associação do Bairro da Igreja, também não está pavimentada. Está cheia de buracos, como toda a gente sabe, que vai para a Feira Mensal.

A Rua da Quinta da Cal, buracos tem. A Av.ª João XXIII, já foi falado aqui, prevê-se que este ano que vem, irá ser requalificada. Para quando a reestruturação da Casa do Frazão, em Canas de Senhorim. Já andei a ver os Orçamentos dos outros anos, vou exagerar um bocadinho, mas também tenho o direito, é uma fotocópia em 2021.

Quando é que se avança com o aumento dos cemitérios, todos os anos é a mesma coisa e com a construção do cemitério novo em Canas de Senhorim? Porque, como muita gente sabe, está quase a abarrotar.

Tenho aqui um documento, que vocês todos receberam, que era de 2016, 2017, com muitas obras e essas obras estão, completamente, também por fazer. Também só há uma obra que, realmente, fizeram, aliás, estão ainda a fazer, que é as ETAR,s.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

Sobre o aumento da água, foi dito na última Assembleia, que eu estive aqui presente, o Senhor Presidente da Câmara disse que não tinha aumentado. Mal saímos daqui, fui encontrar uma pessoa responsável pela Câmara, que também ficou de boca aberta, desconhecia e prometeu-me que me iria dar o esclarecimento. Dito e feito. Na primeira reunião, a seguir, disse-me o que é que aumentaram na fatura da água. E, agora, só no dia 9 deste mês, da última reunião da Câmara, é que o Senhor Presidente da Câmara disse que, realmente, tinham aumentado. Só que não é aqueles aumentos que nós pensamos. Aumentou, pelas informações que eu tenho do Senhor Presidente, aumentou devido à inflação, ou, portanto, só aumentou a inflação. Mas aumentou. Isto é a grande verdade.

Para terminar, quero desejar aos presentes, aos que estão em casa, aos vossos familiares, um Bom Natal e que o ano de 2021 seja melhor e que esta maldita pandemia desapareça mesmo. Muito obrigado.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito obrigado, Senhor Arlindo. Senhor Presidente, quer dar esclarecimentos? Faça favor.

O Senhor Presidente da Câmara:

- Senhor Arlindo, você, o que me trouxe aqui, de facto, é um Programa Eleitoral, estas ruas todas. Pronto, algumas estão a ser feitas, outras, pelo menos, há boa intenção de as fazer, outras estão a andar. Esqueceu-se do reservatório da água para o Município, que também está uma obra em construção. Pronto, terá razão numas coisas. Noutras, estão a andar.

A questão da água, não sei se já houve um aumento, acho que ainda não, em termos da inflação. Acho que é no início do ano. Não sei se já houve. Já houve a atualização? Pronto, então há todos os anos em função do aumento da inflação. É o que está previsto no tarifário. E, portanto, se já aconteceu, é o que está previsto no tarifário.

Mas eu queria, sobretudo, era deixar enaltecer o seu gesto que teve na reunião de Câmara de e através do seu gesto, desejar Boas Festas a todos, aos Membros da Assembleia, à Mesa, aos Senhores Vereadores, aos Membros da Assembleia Municipal. E, no gesto do Senhor Arlindo, com este ar zangado, às vezes, que parece zangado, mas é interessado, de ter doado, inicialmente, 100 quilos de arroz e acho que agora não foram só 100 quilos de arroz, foi também arroz e massa, não foi?

Portanto, ficamos gratos. Na terça-feira e estou aqui a dar conta disto, às Famílias apoiadas pela Segurança Social, que são perto de 40, mais outras 40, próximo disso, que são apoiadas pela Câmara, regularmente com cabazes, a Câmara vai entregar um Cabaz de Natal, onde constará os seus produtos, além de produtos da Câmara, que será 2 litros de azeite, uma couve, um bacalhau, um quilo de arroz e um quilo de açúcar, que serão entregues, creio que não me esqueci de nada, na próxima terça-feira.

E, além disso, também, os Senhores Vereadores, todos, e o Senhor Presidente de Câmara, nessa mesma reunião, disponibilizaram uma senha de presença também nesse ato solidário com o Senhor Arlindo. Uma senha de presença são 68,88 euros, que também serão transformados em produtos para esse gesto solidário. E, portanto, é de gestos solidários como esses que me apetece mais enaltecer nesta altura do que me zangar com aquilo que eu devia ter feito e ainda não fiz.

E, peço perdão por isso. Mas vou continuar a persistir. E um Bom Natal a todos. Boas Festas para todos. E que o Ano Novo traga muita saúde e Felicidades a todos.

Muito obrigado.

O Senhor Presidente da Assembleia:

Ora, chegámos assim ao fim desta sessão da Assembleia Municipal.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

Resta-me desejar a todos um Bom Natal e um Ótimo Ano Novo muito feliz e que a pandemia vá de vez embora. Muito boa noite. Muito obrigado.

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente da Assembleia deu por encerrada a sessão, da qual se lavrou a presente ata que depois de aprovada, vai ser assinada nos termos da lei.

Presidente:

Secretária: